

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

OPORTUNIDADES E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO

ELABORADO POR
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



INTERNACIONALIZAÇÃO
DAS
ECONOMIAS

LISBOA
3 E 4 JUNHO
2014



**Caixa Geral
de Depósitos**



Nota introdutória

1. Caracterização do País

1.1 Estrutura produtiva	10
1.2 PIB por setor de atividade	12
1.3 Enquadramento macroeconómico.....	15
1.4 Comércio internacional.....	18
1.5 Relações internacionais e regionais.....	20

2. Apostas de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

2.1 Financiamento de São Tomé e Príncipe.....	22
2.2 Petróleo e Conta Nacional do Petróleo	26
2.3 Programas de Desenvolvimento Económico e Social	32
2.4 Recursos humanos.....	35
2.5 Outras áreas	37

3. Internacionalização de São Tomé e Príncipe

3.1 Ambiente de investimento	38
3.2 Condições legais para a internacionalização	41
3.3 Promoção do investimento	44

4. Relações bilaterais com Portugal

4.1 Relações comerciais e de investimento	49
4.2 Acordos bilaterais e de cooperação	55
4.3 Presença portuguesa no setor financeiro de São Tomé e Príncipe.....	55
4.4 Oportunidades de desenvolvimento de negócio.....	57

Conclusões

Contactos

Bibliografia





NOTA INTRODUTÓRIA

A modernização e desenvolvimento da economia tem merecido o empenhamento das autoridades santomenses com o apoio de programas de crédito de longo prazo do Fundo Monetário Internacional e do Acordo de Cooperação Económica celebrado com Portugal, em 2009, para suporte do regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro.

O desenvolvimento do arquipélago pode ser fomentado com o contributo do investimento estrangeiro, trazendo capital, saber-fazer e tecnologia e permitindo aceder aos mercados estrangeiros. À dimensão do país, os investidores dispõem de oportunidades de negócio nas áreas da agricultura, turismo, pesca e apoio à exploração petrolífera.

O presente estudo foi elaborado por ocasião da Conferência “Internacionalização das Economias” realizada em Lisboa, da iniciativa do governo português, com a presença de representantes dos governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Pretende-se melhorar o conhecimento de São Tomé e Príncipe junto dos investidores e outras entidades interessadas em estabelecer relações bilaterais ou que queiram informar-se sobre este destino equatorial próximo da Europa. Nos capítulos seguintes apresentam-se dados relevantes sobre São Tomé e Príncipe, um país jovem, com potencialidades turísticas únicas.

A possibilidade de explorar petróleo no arquipélago tem sido objeto de muita expectativa. Caso se concretize é um apoio relevante para financiar a recuperação e construção de infraestruturas, dinamizar a atividade produtiva e melhorar a segurança alimentar, a par da valorização do capital humano.

A presença da banca portuguesa em São Tomé e Príncipe data de finais da década de 60 do século XIX, através do Banco Nacional Ultramarino. Atualmente a Caixa Geral de Depósitos é acionista do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), o mais antigo banco comercial do arquipélago, referenciado pelos serviços prestados aos clientes e no apoio ao desenvolvimento da economia santomense.





São Tomé e Príncipe em números

Designação oficial	República Democrática de São Tomé e Príncipe
Regime político	Democracia multipartidária
Área	1 001 km ²
População residente (Censo 2012)	178 739
População urbana (Censo 2012)	119 781
Organização administrativa	Distrito e subdistrito
Principais distritos	Água-Grande (69.454 hab.), Mé-Zóchi (44.752 hab.), Lobata (19.365 hab.)
Língua	Português (língua oficial), dialetos locais: forro, lunguye, angolar e crioulo de Cabo Verde
Moeda	Dobra (Db)
Taxa de câmbio	1 euro = 24.500 dobras (desde 2010)
Religião	Cristã (Católica), Protestante Evangélica e Adventista do Sétimo Dia
Clima	Tropical húmido
Índice de Desenvolvimento Humano (2013)	144.ª posição (em 187 países)
Pessoas que vivem na linha de pobreza nacional (% total; 2009)	66,2
Índice sintético de fertilidade (partos por mulher, 2012)	3,5
Taxa de desemprego total (%; 2012)	13,9
Esperança de vida à nascença (n.º de anos; 2012)	65
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos, 2011)	58
Taxa de analfabetismo (% pop. com idade >=15 anos, 2009)	11
PIB total (preços correntes, 2012)	263,3 milhões de dólares
PIB per capita (preços correntes, 2012)	1.406 dólares
Taxa de inflação (%; média anual, 2012)	10,6
Volume de exportações (2012)	16,2 milhões de dólares
Volume de importações (2012)	114,4 milhões de dólares

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe, 2013; Organização das Nações Unidas, 2013; FMI, 2014.





1. CARACTERIZAÇÃO DO PAÍS

A República Democrática de S. Tomé e Príncipe é um país insular, situado na costa ocidental do continente africano, ao largo do Golfo da Guiné.

O arquipélago tem 1 001 km² de superfície e é composto por duas ilhas e uma dezena de ilhéus adjacentes: a ilha de São Tomé e ilhéus perfazem 859 km² de superfície e a ilha do Príncipe e ilhéus, cobre 142 km². Perto de S. Tomé situam-se o ilhéu das Rolas, a sul, e o das Cabras a norte. Ao largo do Príncipe, os ilhéus de Bom Bom, Carçoço e Pedras Tinhosas.

O país tem cerca de 250 km de costa, repartidos por 180 km em São Tomé e 70 km no Príncipe. A distância entre as duas ilhas ronda 200 km.

A linha do Equador atravessa o ilhéu das Rolas e o arquipélago situa-se entre as latitudes de 1° 44' Norte e 0° 1' Sul e entre as longitudes de 7° 28' Este e 6° 28' Este. Os países africanos mais próximos são a Nigéria, 400 km para norte da ilha do Príncipe, e o Gabão, 350 km para leste; para nordeste, a 250 km, encontram-se os Camarões e a Guiné Equatorial.

As ilhas e os ilhéus são de origem vulcânica e o relevo é muito acidentado, com cumes montanhosos, cones e picos, orientados no sentido Norte-Sul na ilha de São Tomé e a Sul na ilha do Príncipe.



Altitudes	Metros
Elevações em S. Tomé	
Pico de S. Tomé	2 024
Ana Chaves	1 636
Pinheiro	1 613
Calvário	1 600
Lagoa Amélia	1 488
Elevações no Príncipe	
Pico do Príncipe	948
Mencorne	935
Carriote	839

Ilhas / Distritos	km ²
Ilha de S. Tomé	
Água-Grande	17
Mé-Zóchi	122
Cantagalo	119
Caué	267
Lobata	105
Lembá	230
Ilha do Príncipe	
Pagué	142
Total do País	1 001

Fonte: INE São Tomé e Príncipe, 2013.

O arquipélago de S. Tomé e Príncipe divide-se em quatro regiões administrativas: Norte, Centro Litoral, Sul e Príncipe, sendo esta ilha uma região autónoma desde 1994. As regiões subdividem-se em distritos: Norte (Lembá e Lobata), Centro Litoral (Água Grande e Mé-Zóchi), Sul (Cantagalo e Caué) e Príncipe (Pagué).

O clima é tropical húmido com duas estações: na época das chuvas, de setembro a maio, a chuva é diária e está mais calor; na estação seca ("gravana"), nos meses de junho a agosto, a temperatura é mais baixa, há menos humidade e menor precipitação. Entre dezembro e janeiro pode ocorrer o "gravanita", uma pequena interrupção nas chuvas. As temperaturas do arquipélago variam de 21°C a 31°C, com uma temperatura média anual de 26°C, e a água do mar chega aos 28°C. Nas regiões de maior altitude a humidade relativa do ar ronda os 75% e chove até na estação seca¹.

¹ Costa, C., Brandão, F., Costa, R. & Breda, Z. (2014), Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios, Escolar Editora, pg. 385.





As paisagens são de rara beleza, proporcionada pelo relevo e recorte da costa, acentuada pela flora tropical luxuriante de microclimas diferenciados.

Nas ilhas coexistem diversos tipos de vegetação: a floresta de nevoeiro ou de Ôbo², densa, acima de 1 400 metros de altitude; e a floresta húmida de montanha, que desce até 800 metros, ambas virgens ou primárias, *habitat* das espécies autóctones.

A floresta de nevoeiro Ôbo está envolta, em permanência, numa neblina intensa, a temperatura mais baixa, com precipitação. As árvores são de menor porte: pinheiro-de-são-tomé, fetos, cata-Ôbo, cacau d'ôbo, quebra-machado, teia-teia, cola-macaco, pau formiga, pau-três e muitas outras espécies³. Na floresta húmida de montanha as árvores são altas, de copa cerrada, com plantas que vivem na casca de outras (samambaias, begónias e orquídeas), numa densidade tropical em busca de luz.

A floresta de sombra densa e húmida desce desde os 800 metros de altitude até ao nível do mar. As árvores de sombra refrescam as culturas de cacau e café, a par de bananeiras e coqueiros.

A floresta secundária ou “capoeira” foi desbravada para cultivo e posteriormente abandonada. Dela se extrai madeira para construção e combustível, plantas medicinais e outras comestíveis. A savana arborizada encontra-se no norte e nordeste da ilha de S. Tomé, numa faixa junto à costa marítima, desde o aeroporto à Praia das Conchas e Lagoa Azul, com vegetação herbácea espaçada por árvores.



Lagoa Azul

O mangue é um ecossistema típico das regiões tropicais e subtropicais, que se encontra junto à foz dos rios e ribeiras, formado por planta mangue-da-praia e árvore-do-mangal. Em S. Tomé o mangue mais expressivo localiza-se na foz do Rio Malanza.

No Príncipe existe um tipo único de floresta virgem, húmida, a baixa e média altitude. No litoral, em terrenos pantanosos predominam os mangais e, ao longo da costa, os coqueiros.

A flora do arquipélago contém 224 espécies, sendo 85 endémicas que correspondem a cerca de 15% da flora autóctone de S. Tomé e a 10% da vegetação do Príncipe⁴.

A fauna tem 16 espécies endémicas de répteis, destas 9 são anfíbias. Há 143 espécies de aves, das quais 26 são endémicas. Sobre a flora e a fauna ver em **3.3 Promoção do Investimento**.

2 “Ôbo” ou Ôbo, vocábulo forro proveniente do francês “haut bois”. Ver São Tomé e Príncipe Olhar o Futuro, ed. Caixa Geral de Depósitos – SGE Mediateca, 2006, pág. 18.

3 Ver “Guia Turístico de São Tomé e Príncipe, 1.º Guia exaustivo em língua portuguesa, no site www.pockettropics.wordpress.com

4 Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios, op. cit., pág. 388.





Os rios do arquipélago formam uma rede hidrográfica, que desce do centro para a costa, formada por mais de 50 cursos de água, grande parte com origem na floresta Ôbo, a sudoeste e a sul das ilhas. Os rios têm entre 5 km e 27 km de comprimento e percorrem desnivelamentos entre mil e 1.500 metros de altitude, em paisagens fantásticas.

Os principais rios de S. Tomé são o Yô Grande, o maior do país, Do Ouro, Manuel Jorge e Abade, e o rio Papagaio, no Príncipe.

População e estrutura demográfica

O povoamento do arquipélago começou no final do século XVI e os primeiros colonos foram portugueses. Os africanos vieram mais tarde, provenientes do Golfo da Guiné, do Congo, de Angola e Moçambique, como escravos. A partir do século XIX, com o fim da escravatura, aportaram às ilhas os trabalhadores agrícolas contratados.

Com o decorrer do tempo, e a miscigenação de brancos e negros, formaram-se novos grupos na população. Os mestiços libertos ou “forros”, maioritários no país, são luso-africanos descendentes dos primeiros ocupantes das ilhas. Os angolares descendem de escravos angolanos trazidos para as plantações de açúcar, nos primeiros séculos de colonização. Os tongas são descendentes dos trabalhadores agrícolas, contratados nas antigas colónias portuguesas de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

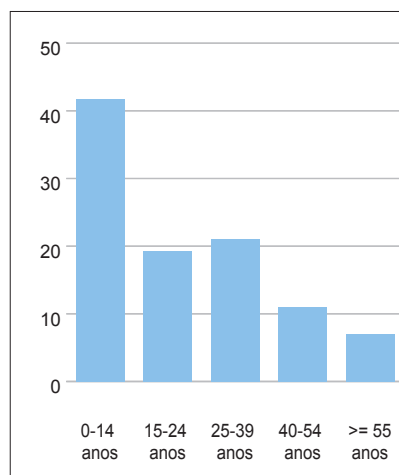
A língua oficial é o português e há diversos dialetos locais, com maior expressão para o forro, o lunguye, o crioulo de Cabo Verde e o angolar.

Segundo o Censos de 2012 a população total residente ascende a 178 739 habitantes, repartidos a 50% por homens e mulheres. A população é jovem, conforme explicita a representação da estrutura demográfica.

Cerca de 41,7% dos santomenses têm até 14 anos. O grupo etário até 24 anos engloba 61% da população, cerca de 33% dos habitantes têm idades compreendidas entre 25 e 54 anos e somente 7% têm 55 ou mais anos de idade.

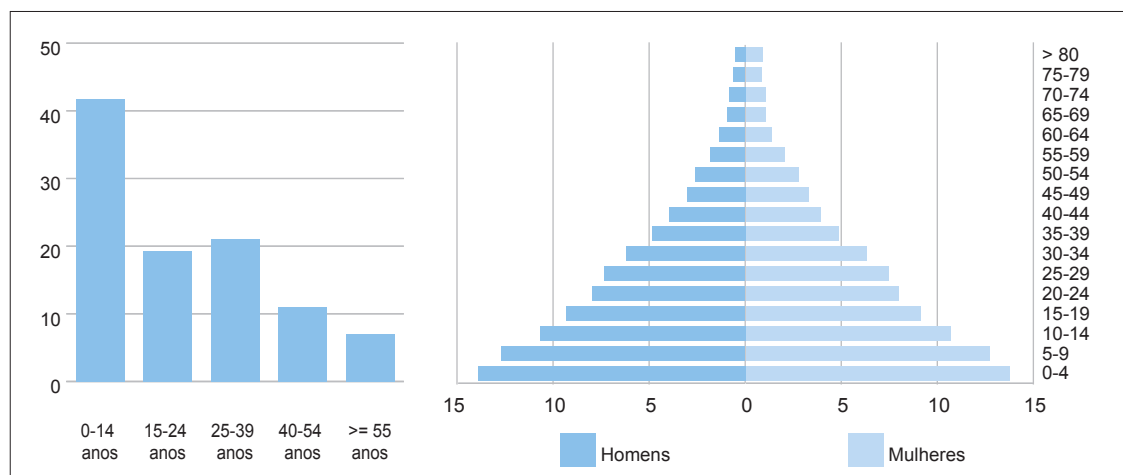
População residente total

(Distribuição por faixa etária, %)



Estrutura Demográfica

(Distribuição por faixa etária, %)



Fonte: INE de São Tomé e Príncipe, Censo 2012.

A taxa de crescimento médio anual da população ronda os 2% e a esperança de vida à nascença é de 65 anos. O índice sintético de fecundidade é de 3,5 partos por mulher.

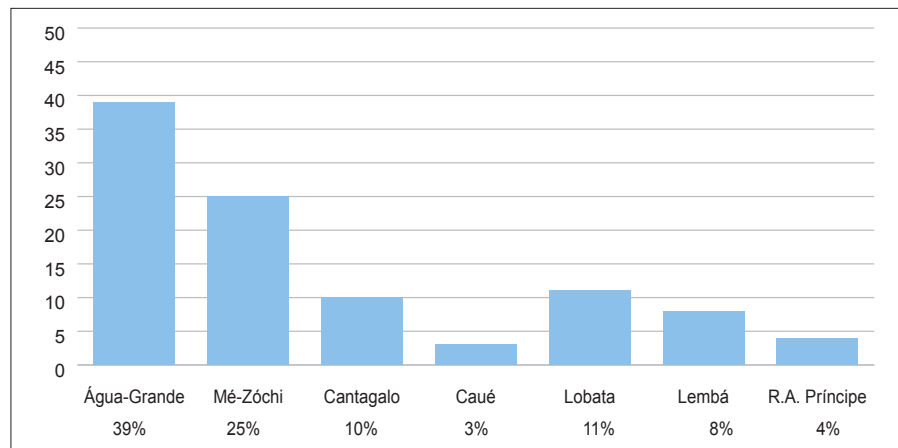




A população distribui-se de modo desigual pelos quatro distritos do arquipélago: em Água Grande e Mé Zóchi vive mais de 64% da população do país, numa área que representa 13,8% da superfície do país. As cidades mais populosas do país localizam-se nestes distritos: São Tomé, a capital, em Água Grande, e Trindade, no distrito de Mé Zóchi. O distrito de Caué ocupa 26,7% da superfície nacional e nele habita 3% da população do país. Nas áreas urbanas vive 67% da população total e no espaço rural os restantes 33%, na sequência do êxodo rural para os centros urbanos.

População por Distrito

(%)



Fonte: INE São Tomé e Príncipe, Censos 2012

Em síntese, há grandes desequilíbrios na distribuição territorial da população: 3.145 habitantes por km² em Água Grande e 20,6 habitantes por km² em Caué, sendo a densidade populacional média do arquipélago de 138 habitantes por km².

Infraestruturas

O arquipélago tem cerca de 250 km de estradas asfaltadas, a maior parte no litoral, algumas em mau estado. Na ilha de S. Tomé há 138 km de rede primária, distribuídos por 3 estradas nacionais e outra de acesso ao aeroporto, a par de 100 km de estradas secundárias. Na ilha do Príncipe há 18 km de vias.

A deslocação para o interior das ilhas faz-se por trilhos, alguns deteriorados e invadidos pela selva, o que dificulta o escoamento das produções agrícolas.

Os transportes terrestres públicos são praticamente inexistentes e as pessoas deslocam-se a pé ou de automóvel. O transporte de mercadorias é assegurado por pequenas empresas e o parque automóvel está envelhecido e degradado.

As linhas ferroviárias da época colonial, que asseguravam o escoamento das produções de roças para o porto marítimo de S. Tomé, já não existem.

Os transportes marítimos estão pouco desenvolvidos e, entre ilhas, a movimentação de pessoas e bens é feita em embarcações de pesca e lanchas adaptadas.

As ligações marítimas regionais e internacionais são asseguradas por empresas portuguesas e holandesas e a chegada de mercadorias é irregular e dispendiosa.





As infraestruturas portuárias atuais são:

- O porto de S. Tomé, na baía de Ana Chaves, para acostagem de navios de calado inferior a 2,5 m. Os navios de maior dimensão, de longo curso, fundeam ao largo, entre 2 e 4 km de distância, e obrigam a operações de transbordo;
- O porto de Santo António, no Príncipe, é acessível a barcos de calado inferior a 1,2 m;
- O molhe das Neves permite a recepção de navios-tanque que descarregam o combustível através de tubos flexíveis “*sea line*”;
- Os pontões em Porto Alegre, Santa Catarina e Água-Izé apresentam algumas deficiências de operacionalidade.

Em 2011 foi criada uma sociedade privada para gerir o Porto e o Aeroporto Internacional de S. Tomé, detida em 80% pela Sonangol, de Angola, e em 20% pelo estado santomense. Uma das tarefas prioritárias desta empresa foi a iluminação da pista do aeroporto internacional, por exigência da ICAO (*International Civil Aviation Organization*), a par de outras intervenções urgentes.

A produção de energia eléctrica é assegurada pela Empresa de Água e Electricidade (EMAE) de São Tomé e Príncipe e tem origens diversas: Centrais Térmicas, uma em São Tomé e outra no Príncipe, Centrais Hidroeléctricas do Contador e de Guégué e grupos geradores em S. João dos Angolares e no Morro Peixe. A energia hidroeléctrica, satisfaz uma parcela reduzida das necessidades do país. A energia térmica é dominante, obtida por utilização de gasóleo, importado de Angola. Segundo a EMAE a dependência energética do exterior faz com que as tarifas de electricidade registem aumentos frequentes.

A rede de distribuição eléctrica abrange essencialmente a capital do país, o Norte e o Leste da Ilha de São Tomé, onde se concentram as actividades económicas e é maior a densidade populacional.

A EMAE apresenta várias razões para as rupturas no abastecimento de energia:

- A situação económica difícil da empresa, com dívida à ENCO (Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos), o aumento do preço dos combustíveis, o custo da manutenção e reparação dos equipamentos e o peso da massa salarial;
- A dimensão do mercado e a capacidade reduzida de armazenagem de combustíveis, que não permite o transporte em grandes petroleiros, penalizando os custos;
- Dificuldades de cobrança junto dos utentes.

São Tomé e Príncipe assina acordo de construção de barragem com empresa brasileira

14 Nov 2013 21:33:07 GMT | de Lusa

O governo de São Tomé e Príncipe e a empresa brasileira ‘Tecníc Serviços’ assinaram um acordo para a construção de uma barragem no rio Yô Grande, no sul da ilha de São Tomé.

Os documentos foram rubricados no palácio do governo, na presença do primeiro-ministro, Gabriel Costa.

O empreendimento está orçado em 46 milhões de euros e a conclusão da construção prevista para 2016.

“Já mapeamos o rio Yô Grande para vermos toda a potencialidade do rio, estamos a trabalhar para que possamos levar a bom termo a conclusão dos trabalhos”, disse a jornalista Enésio Alves Rosa, diretor geral da ‘Tecníc Serviços’ Lda. (...)”⁵

⁵ Ver <http://noticias.pt.msn.com/s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-assina-acordo-de-constru%C3%A7%C3%A3o-de-barragem-com-empresa-brasileira>





O fornecimento de água é insuficiente e o saneamento está acessível a menos de um terço da população.

A empresa Águas de Portugal reforça a cooperação com São Tomé e Príncipe

A Águas de Portugal, através da empresa responsável pelos negócios em mercados internacionais, celebrou um protocolo com a EMAE – Empresa de Água e Electricidade de São Tomé e Príncipe para reforço da colaboração entre os dois países para o setor da água. (...)

Ao abrigo deste protocolo, a AdP Internacional vai colaborar com a EMAE para melhorar os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no país (...) e a colaboração para adequação de propostas e programas de apoio de organismos de financiamento internacionais⁶.

13 de fevereiro de 2014

As telecomunicações são um ponto forte das infra-estruturas locais. A Companhia Santomense de Telecomunicações (CST) é detida em 51% do capital pela Portugal Telecom e o restante pelo Estado Santomense. Em 2013 foi lançada a oferta de fibra ótica em São Tomé e Príncipe e a continuada extensão da rede 3G, com aumento da velocidade de internet em todo o território, graças ao fornecimento de energias renováveis (solar e eólica) às estações remotas. Na oferta comercial, foi introduzida pela primeira vez a Banda Larga Móvel pré-paga e o serviço de recarga de telemóveis por multibanco.

CST (Sao Tome e Príncipe): *Na área de responsabilidade social, a CST continuou a inovar, tendo estabelecido um acordo com o Estado Santomense, comprometendo-se a promover o acesso às novas tecnologias de informação através da instalação de ADSL nas escolas com um desconto de 75% e da entrega de computadores usados e reciclados a escolas mais carenciadas. Este acordo contempla ainda o Programa Liga CST Escolas, um projeto de apoio financeiro e de consultoria para promoção do desporto e ainda o projeto governamental Connect In, um programa que visa a inclusão digital através da instalação de telecentros dedicados à promoção das novas tecnologias de informação e comunicação junto dos mais jovens.*

Em conjunto com o Instituto Marquês de Valle Flôr, a CST compromete-se também a desenvolver a geração digital santomense e, através das novas tecnologias, promover a educação e melhoria dos serviços de saúde pública⁷.

As chamadas internacionais podem ser feitas em todos os hotéis e resorts, e podem adquirir-se cartões de cabines de telefone e recargas de telemóveis na loja da CST. Os serviços de Internet, muito procurados pelos jovens, podem ser acedidos junto aos hotéis, em diversos pontos da cidade, e em cibercafés. A ligação do país à rede mundial de cabo submarino, desde 2011, representa uma oportunidade ímpar de acesso à fibra ótica, com oportunidades de prestação de serviços e expansão do acesso à informação.

⁶ Ver Aguas-de-Portugal-reforca-cooperacao-com-Sao-Tome-e-Principe em <http://www.adp.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=3281&t>.

⁷ Ver Portugal Telecom, Relatório e Contas Consolidadas 2013, pág. 72.





1.1 Estrutura produtiva

A economia santomense assenta na agricultura, nalgumas unidades transformadoras, no comércio e no turismo. O petróleo está em fase de prospeção, sem data precisa para o início da produção.

Agricultura e Pescas

A agricultura é maioritariamente de subsistência e emprega mais de um terço da população. O cacau é a cultura principal do país e representa mais de 80% do total das exportações santomenses. O café, o côco, as flores, a pimenta e outras especiarias mantêm um peso reduzido nas vendas do arquipélago ao exterior. O cultivo de tubérculos, feijão, batata, frutos e legumes fornece boa parte da dieta alimentar dos residentes. A produção de gado satisfaz as necessidades alimentares da população.



Cacaueiro

Após a independência as terras das antigas roças foi distribuída a novos proprietários que tiveram dificuldade em as cultivar por inexperiência e falta de apoios, com impacto negativo na produção agrícola e na segurança alimentar do país.

Nos últimos anos, observa-se uma tendência positiva para exportar novos produtos, como é o caso da pimenta e da baunilha. Há espaço para desenvolver um “nicho de mercado” associado à produção de culturas tropicais biológicas, como é o caso do café arábico, das frutas tropicais e das flores. A rosa de porcelana, uma flor tropical, está a ser cultivada na Roça São José para venda ao exterior.



Rosa de Porcelana

Agricultura de São Tomé e Príncipe em História.

Desde o início a exploração agrícola em São Tomé e Príncipe caracterizou-se por uma agricultura de plantação. Primeiro de cana do açúcar (introduzida em 1501 a partir da ilha da Madeira), da qual São Tomé e Príncipe se tornou o principal exportador africano no século XVI.

Em 1800 foi introduzido o café e, em 1822, o cacau, e deste a colónia portuguesa chegou a ser o maior produtor do mundo, nos anos imediatos após a I Guerra Mundial.

A agricultura de plantação, baseada em mão de obra escrava, deu origem a explorações designadas por Roças, pertencentes a famílias ou a empresas, que dominavam o panorama socioeconómico de São Tomé e Príncipe. Pelo poder económico e autonomia jurídico-política as roças constituíram autênticos estados dentro do Estado.





A meio caminho entre a Europa e o Brasil, São Tomé foi durante séculos um importante entreposto comercial de escravos capturados na região do Golfo da Guiné. Estes escravos eram utilizados nas roças e, a maior parte, encaminhados para as plantações do Brasil. Com a abolição da escravatura, em 1875, a mão-de-obra das roças passou a basear-se em contratados, oriundos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e, a partir de 1940, também de Cabo Verde⁸.

Há constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura devido à insularidade, à dimensão reduzida do mercado interno e ao relevo do território que dificulta o acesso e cultivo mecânico.

A madeira é o material de construção dominante e o principal combustível doméstico, fonte de rendimento para muitos habitantes. O valor da madeira leva à exploração intensiva deste recurso, com prejuízo das florestas de sombra necessárias ao cultivo do café e do cacau.

A pesca é a principal atividade das comunidades costeiras e tem papel importante na geração de emprego e no rendimento das famílias. Esta atividade contribui com 4,7% para o produto e emprega cerca de 15% da população ativa.

A pesca artesanal é feita em canoas, construídas por métodos tradicionais, e a captura semi-industrial envolve barcos de maior porte, em fibra de vidro, movidas a motor. As autoridades vendem licenças para pesca industrial a entidades sediadas nos países da União Europeia e no Japão. O acordo celebrado com a União Europeia, em 1999, rendeu 2,2 milhões de euros/ano e permitiu capturas anuais de 8,5 mil toneladas de pescado, sobretudo de atum. O acordo foi renovado, sucessivamente, por períodos de três anos.



Frota pesqueira

Além do atum há múltiplas espécies piscícolas de valor económico elevado: mariscos diversos, corvina, garoupa, pargo, cherne, badejo, cachucho, carapau e outros.

Comércio e Turismo

A atividade comercial não está ainda devidamente estruturada e a população tem pouco poder de compra. A insularidade dificulta as relações comerciais com os países vizinhos e o custo de transporte é elevado.

Com a diminuição da produção de cacau e a queda sucessiva do preço desta matéria-prima nos mercados internacionais, as autoridades santomenses têm dado ênfase ao desenvolvimento do turismo.

O arquipélago tem potencialidades naturais, paz social, baixa criminalidade e uma população acolhedora, elementos facilitadores da atividade turística. No espaço insular, o turismo beneficia das atrações naturais da fauna, flora, paisagem, recursos marinhos e cultura local.

Embora em crescimento, nos últimos anos, o número de unidades de alojamento é limitado. Em 2010, a capacidade de alojamento do setor foi de 517 quartos e 842 camas, repartidas por 30 estabelecimentos — hotéis, residências, casas das roças e moradias turísticas.

Em 2005, segundo dados da Direção Geral de Turismo e Hotelaria, o número de visitantes atingiu um pico de 15.736 pessoas. Em 2010, cerca de 45% dos turistas vieram da Europa, 36% de África, 10% da Ásia e 9% das Américas.

Entre os turistas europeus, 35% são portugueses. A segunda posição cabe aos angolanos e a terceira aos franceses. Os excursionistas de cruzeiro são maioritariamente norte-americanos.

⁸ Estudo do Mercado de S. Tomé e Príncipe, AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria, novembro de 2004.





Os visitantes chegam por via aérea ou em cruzeiros de passagem pelo arquipélago. As ligações aéreas para a Europa são asseguradas pela *STP Airways* (companhia nacional) e pela TAP (companhia portuguesa), em dois voos semanais para Portugal. Há ligações para o continente africano (Angola, Cabo Verde, Guiné-Equatorial e Gabão) asseguradas pela TAAG (companhia angolana) e pela Ceiba (Guiné-Equatorial).

A procura por parte dos turistas potencia o desenvolvimento do artesanato, pintura e escultura.

Petróleo

A primeira referência à existência de petróleo no arquipélago data de 1876, em carta de uma entidade oficial endereçada ao “Ministro do Ultramar” de Portugal.⁹

Em 1974, a administração colonial portuguesa esteve prestes a celebrar um acordo de prospeção de petróleo com uma companhia anglo-americana, que foi inviabilizado pelo desencadear do processo de independência de São Tomé e Príncipe.

As autoridades têm recebido bónus petrolíferos desde 2005, aquando da assinatura dos contratos de prospeção celebrados com companhias petrolíferas. Estes bónus são prática habitual na atividade petrolífera, pagos pelas companhias interessadas na prospeção de uma determinada área, por vezes sujeitas a leilão competitivo. Sobre este tema ver **2.2 Petróleo e Conta Nacional do Petróleo**.

1.2 PIB por setor de atividade

A aceleração do crescimento do produto interno, patente na última década, assentou no dinamismo do setor da construção, do turismo e de outros serviços. Em 2011 o setor primário contribuiu com 18% para o produto interno, confirmando o declínio da produção de cacau outrora dominante.

A atividade industrial não é significativa na economia do país. É pouco diversificada, de baixa produção e com um número limitado de pequenas e médias empresas, dedicadas ao ramo alimentar, à transformação de madeira, construção de móveis, construção naval e metalomecânica. Há também indústrias ligeiras de produção de cerâmica, fabrico de tijolos, confeções e outras.

Em 2011 o setor secundário representou 13,6% do PIB, com maior dinamismo nas indústrias transformadoras de fabrico de sabão, cerveja e pão, muito dependentes do exterior para o fornecimento de tecnologia, equipamentos e matérias-primas.

O abrandamento na agricultura tem sido compensado pelo acréscimo da atividade nos setores da construção, comércio e turismo. Entre 2008 e 2011, o setor terciário cresceu, em média, 6% ao ano e, em 2011, representou 57,5% do produto interno. Esta progressão foi impulsionada pelo comércio, transporte, armazenagem e comunicações e pela administração pública.

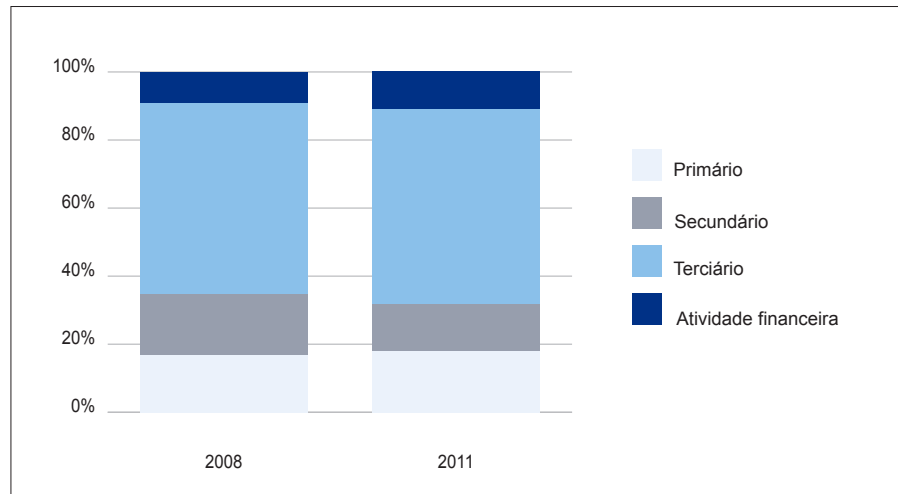
⁹ Carta de 1876 pedindo a presença duma equipa para avaliar a “Potencialidade do Petróleo na Ilha” — a preocupação pode ter sido motivada por pequenas erupções de petróleo em Uba-Budo e Pinheira. Um século mais tarde, em 1972, a *Texas Pacific* perfurou os Poços Uba-Budo 1 e Cecílio Gonçalves 1 perto da fonte de petróleo superficial, sem sucesso.





Produto Interno Bruto: contribuição por setor de atividade

(%)



Fonte: Banco de Portugal, 2013.

Em 2012 os serviços representaram cerca de 60 % do PIB e empregavam 60% da força de trabalho do país. O destaque recai nos sub-setores “comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes” e “transportes, armazenagem e comunicações” que contribuíram para o produto interno, com 27,3% e 14,7%, respetivamente. Nesse ano de 2012, a agricultura e a indústria participaram no PIB com 20% cada um.

Setor Financeiro

O sistema financeiro do arquipélago é constituído por diversas entidades: o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), que é a Autoridade Monetária, oito bancos comerciais, duas companhias de seguros de pequeno porte e cinco casas de câmbio.



Sede do Banco Central

Banco Central de São Tomé e Príncipe

As atividades bancárias de Banco Central começaram a ser exercidas em São Tomé e Príncipe, em finais da década de 60 do século XIX, pela agência do Banco Nacional Ultramarino “BNU”, com sede em Lisboa, com funções de banco emissor e de banqueiro da província.

Um ano após a independência nacional em 1975, a referida agência foi nacionalizada conforme o Decreto-lei n.º 16/76, de 24 de maio, e passou a denominar-se Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe “BNSTP”, acumulando as funções de Banco Central, Banco Comercial e de Desenvolvimento.

Na década de 80 do século XX, uma forte crise abalou a economia santomense e o sistema bancário. Para levar a cabo reformas visando a estabilização macroeconómica surge em 26 de agosto de 1992 o Banco Central de S. Tomé e Príncipe.¹⁰

Os bancos comerciais representam cerca de 98% do mercado financeiro e as seguradoras os restantes 2%. O sistema bancário tem grande participação de capital estrangeiro, com uma proporção significativa de capital público nacional no maior banco local, como mostra o quadro.

¹⁰ Ver Lei n.º 8/92 em: <http://www.bcstp.st/Historial.pdf>





Nome do Banco	% Capital		País(es) dos acionistas estrangeiros
	Nacional	Estrangeiro	
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	48%	52%	Angola, Portugal
Afriland First Bank São Tomé e Príncipe		100%	Camarões
Banco Equador	5%	94%	Angola
Island Bank S.A.		100%	Nigéria
Commercial Bank São Tomé e Príncipe		100%	Camarões
Ecobank São Tomé e Príncipe		100%	Gana, Nigéria, Costa do Marfim
Energy Bank São Tomé e Príncipe		100%	Gana, Nigéria
BGFI Bank São Tomé e Príncipe		100%	Gabão

Fonte: FMI, janeiro de 2014.

Tendo iniciado atividade em 1993, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP) é o mais antigo banco comercial e beneficiou do estatuto de monopólio até a revisão da Lei de operação bancária, em 2003. O capital social do Banco é detido em 27% pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) e em 25% pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), cabendo ao governo santomense uma participação de controlo de 48%.

A maior parte do capital social do Banco Equador é de origem estrangeira (Grupo Mombaka e Grupo Mosquito), com uma participação local de 5%. Os restantes bancos comerciais são detidos a 100% por entidades estrangeiras.

O BISTP tem cerca de 50% da quota de mercado e a concentração dos ativos dos três maiores bancos ascende a 69%, conforme indicado no quadro seguinte.

Indicadores do Setor Bancário	2008	2012
Concorrência		
Número de bancos comerciais	8	8
Intermediários não bancários	2	2
Concentração de ativos do maior banco (% ativos totais)	49,8	50,0
Concentração de ativos dos 3 maiores bancos (% ativos totais)	72,5	69,0

Fonte: FMI, janeiro de 2014.

O sistema bancário de São Tomé e Príncipe encontra-se numa fase de desenvolvimento, não há mercado de capitais e o mercado interbancário é ainda limitado.

No âmbito das reformas de modernização do setor financeiro, foi implementado o sistema de pagamento automático Rede Dobra 24 - Automated Teller Machines (ATM) e a nova plataforma (SIBANC) do Banco Central de São Tomé e Príncipe. O sistema ATM abrange 22 máquinas e permite o acesso a contas nacionais. As iniciativas em curso para a fase III da Rede Dobra 24 visam permitir o acesso às ATM por cartões de crédito internacionais.

A proporção de população bancarizada — número de contas bancárias por 100 mil adultos — aumentou de 51%, em 2008, para 87%, em 2012, em consequência do aumento do número de agências.

Indicadores do Setor Bancário	2008	2012
Acesso		
Agências de bancos comerciais p/100 mil adultos	9	23
Número de caixas automáticas	0	22
População adulta com conta bancária (%)	51,0	87,0

Fonte: FMI, janeiro de 2014.

Verificaram-se progressos com a harmonização de normas contabilísticas, baseadas em padrões internacionais, e em 2013, foi implementado o novo plano de contas.





Entre 2000 e 2010 o crescimento da economia passou por períodos de forte oscilação, com a expansão da construção e do turismo e a perspectiva de início da exploração do petróleo. O aumento do crédito foi acompanhado por uma deterioração da qualidade dos ativos que se mantém como motivo de preocupação. O rácio de crédito mal parado sobre crédito total caiu de 44%, em 2006, para 10% em 2009, estabilizando posteriormente acima dos 20%.

A dimensão limitada do mercado e o adiamento sucessivo da produção de petróleo apontam para um excesso de bancos instalados no arquipélago. Durante 2014 prevê-se a aprovação de um quadro jurídico de apoio à reestruturação das instituições financeiras em dificuldades.

Com a subida da inflação de 9%, em 2001, para 28%, em 2007, verificou-se um acréscimo da substituição da dobra por dólares americanos na intermediação financeira, por receio de erosão dos rendimentos. Entre 2007 e 2010, os bancos comerciais operaram maioritariamente com moeda estrangeira e os créditos em divisas ascenderam a um limiar superior a 70% da carteira de crédito, com risco acrescido, tendo em conta que a maior parte dos rendimentos são em moeda nacional.

Desde o início de 2010, com a fixação do câmbio da dobra face ao euro (24 500 dobras por um euro) a dolarização no sistema financeiro saotomense caiu de 77%, nesse ano, para 58%, em 2012.

Apesar da fixação cambial e do controle de preços, o diferencial entre taxas ativas e passivas em vigor no sistema bancário santomense continua elevado.

1.3 Enquadramento macroeconómico

A economia santomense é de pequena dimensão, pouco diversificada e muito dependente da exportação de cacau, cujo preço internacional tem baixado. A persistência da crise global dos últimos anos tem prejudicado a economia local devido à suspensão de investimentos estrangeiros previstos. Apesar da conjuntura externa desfavorável, a atividade do país tem sido impulsionada pelos setores de transportes, construção e obras públicas e pelo pequeno comércio.

Em 2012 o FMI fez a revisão da *Extended Credit Facility* 2009-2012, considerando satisfatórios os progressos económicos alcançados, e aprovou um novo programa de ajustamento para 2012-2015, no valor de 3,8 milhões de dólares.

Principais indicadores

Nos últimos dez anos o produto santomense registou um crescimento real médio de 5,2% ao ano, acima dos 4,8% da média anual dos países da África Subsaariana. Em cada ano, o desempenho da economia foi diferenciado. Em 2008, o crescimento de 9,1% foi impulsionado pelos bónus de assinatura de contratos para prospeção de petróleo e por projetos de investimento do turismo.

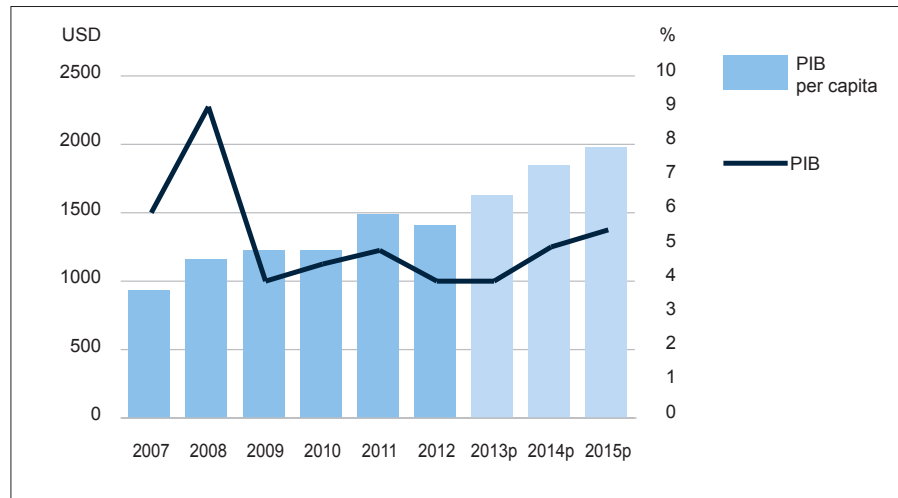
Em 2009, o crescimento real do produto caiu para 4% devido à redução do investimento estrangeiro, nomeadamente na construção, parcialmente compensada pelo desenvolvimento do setor de turismo, graças à abertura de novos hotéis e maior número de voos internacionais. Em 2010 e 2011, o crescimento manteve-se mais lento que na década anterior, ligeiramente acima dos 4%.





PIB per capita e Crescimento do PIB

(USD, %)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

A persistência da crise na zona euro e as modificações políticas no norte da África têm afetado a agenda de desenvolvimento do arquipélago. A título de exemplo refira-se a suspensão do projeto do porto de águas profundas e da construção de dois hotéis, afeta a capitais líbios.

Em 2012 e 2013 o crescimento real do PIB mantém-se nos 4%, apoiado no investimento estrangeiro e na atividade do turismo, agricultura e construção. Em 2014 e 2015, de acordo com previsões de diversas entidades, o crescimento pode aumentar para 5% e 5,5%, respetivamente, apoiado na atividade corrente e nos projetos de infraestruturas.

Saldo Orçamental

O país é muito dependente da ajuda internacional e pouco resistente a choques externos. Para minimizar o impacto destes fatores sobre a economia local, as autoridades santomenses têm implementado medidas de controlo da despesa pública e aumento das receitas fiscais, com o objetivo de baixar o défice global para um dígito.

O esforço de consolidação orçamental tem sido dificultado pelo arrefecimento da economia, pela manutenção de uma base tributária reduzida e pela persistência de atrasos na cobrança de impostos sobre a importação de combustíveis.

A gestão orçamental tem merecido o apoio de instituições internacionais e, em março de 2012, o Banco Mundial aprovou um apoio de 4,2 milhões de dólares para melhorar a governação e promover o crescimento do arquipélago. Em finais de 2012 o défice orçamental primário cifrou-se em 3,3% e o défice global em 10,8% do PIB¹¹.

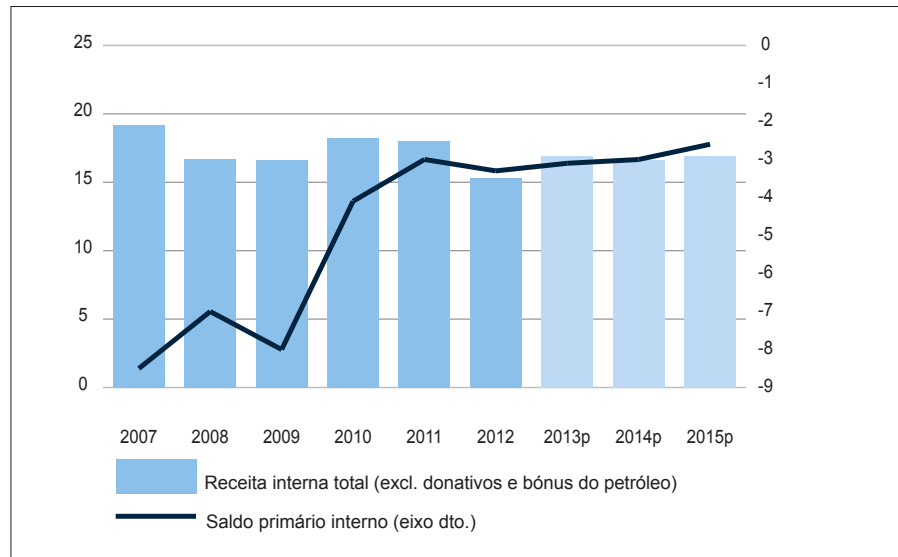
¹¹ O saldo primário interno exclui as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital, financiadas com recursos externos. Ver FMI, relatório n.º 14/2, janeiro 2014.





Saldo orçamental primário

(% PIB)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

Entretanto foram adotadas algumas reformas estruturais, com destaque para a solução do problema das dívidas cruzadas entre o Tesouro, a EMAE (empresa distribuidora de eletricidade) e a ENCO (empresa nacional de combustíveis), de modo a facilitar o pagamento dos impostos em atraso.

Em 2013 pode ter havido uma melhoria na cobrança fiscal e na recuperação de impostos através do sistema de gestão eletrónica das finanças públicas (SAFE-e). Está também a ser implementado o projeto “operação inclusão de contribuintes” para ampliar a base de tributação e, em resultado, o défice orçamental primário pode atingir 3,1% do PIB. As previsões apontam para uma tendência ligeiramente descendente deste défice em 2014 e 2015, respetivamente para 3% e 2,6% do PIB.

Inflação

A estabilidade dos preços é desejável porque a inflação prejudica o rendimento dos mais pobres e afeta negativamente o ambiente de negócios. A economia registou uma subida continuada de preços desde 2005, motivada por dificuldades na gestão do fluxo volumoso de capitais externos e pela escalada de preços dos alimentos e do petróleo, com um pico de 37% de inflação em julho de 2008. Entretanto, a fixação do câmbio da dobra face ao euro, em vigor desde o início de 2010, tem apoiado a trajetória descendente dos preços registada nos anos seguintes, como evidencia o gráfico¹².

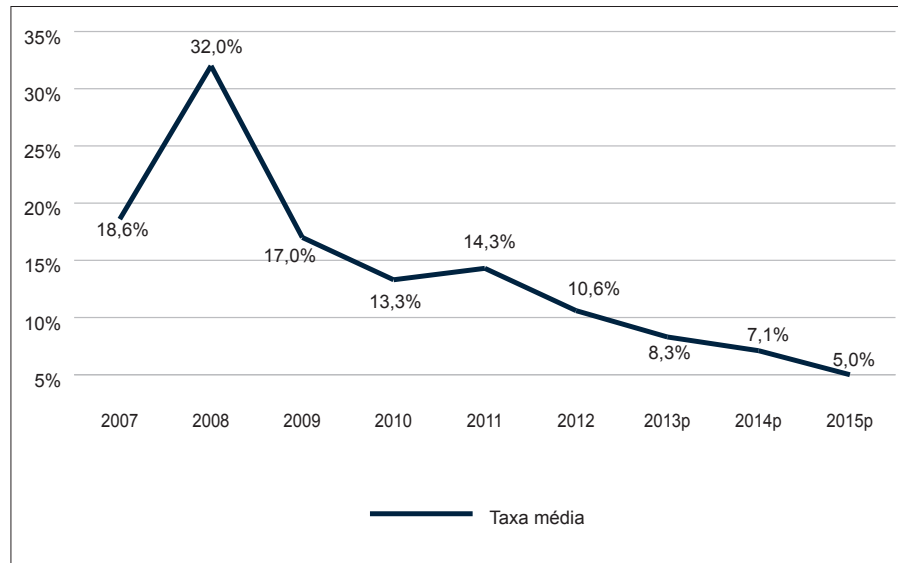
¹² Acordo de Cooperação Económica celebrado com Portugal para suporte do regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro.





Inflação

(variação média anual do IPC, %)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

No final de 2012 houve alguma oscilação nos preços, motivada pelas chuvas intensas que prejudicaram a agricultura, e a inflação anual foi de 10,6%. Entretanto houve alguma estabilidade de preços e em 2013 a inflação deverá ter atingido 8,3%, o valor mais baixo em duas décadas. Para 2014 espera-se uma subida de preços a rondar os 7,1%, com previsão de 5% para 2015.

1.4 Comércio internacional

O cacau é a principal cultura de exportação do arquipélago. Nos últimos anos a produção local baixou e os preços internacionais desta matéria-prima caíram, com impacto negativo sobre as receitas de exportação.

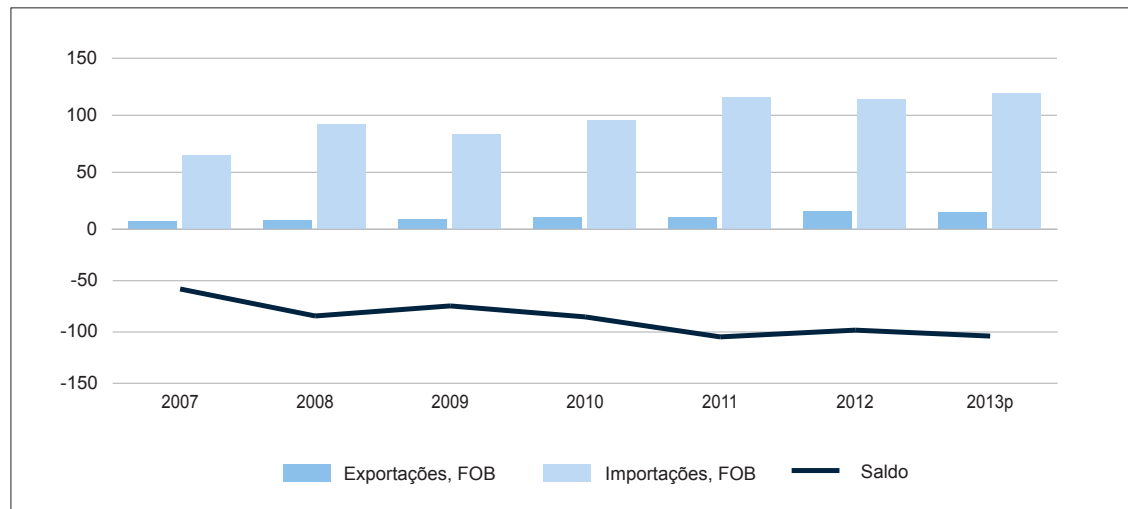
Conforme representado no gráfico, ao longo dos anos o saldo da balança comercial é continuamente deficitário porque o valor dos bens importados é muito superior às receitas provenientes da exportação de cacau, que é o produto dominante nas vendas do arquipélago ao exterior.





Balança Comercial

(USD, milhões)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

No período representado, de 2006 a 2013, o défice comercial agravou-se devido ao acréscimo de importações associadas aos projetos de investimento estrangeiro desenvolvidos pelos setores da construção e turismo.

A natureza das exportações santomenses, muito concentradas no cacau, reflete-se também nos países de destino dos produtos locais, um núcleo muito restrito que se manteve constante na última década, centrado nos Países Baixos, Bélgica, França, Portugal e Angola, embora com alguma variabilidade anual relativa entre eles. Neste âmbito destaca-se a evolução dos Países Baixos, que passaram de uma proporção de 10,9% nas exportações santomenses, em 2010, para um lugar cimeiro em 2011 e 2012, respetivamente com 37,4% e 38,8% de quota.



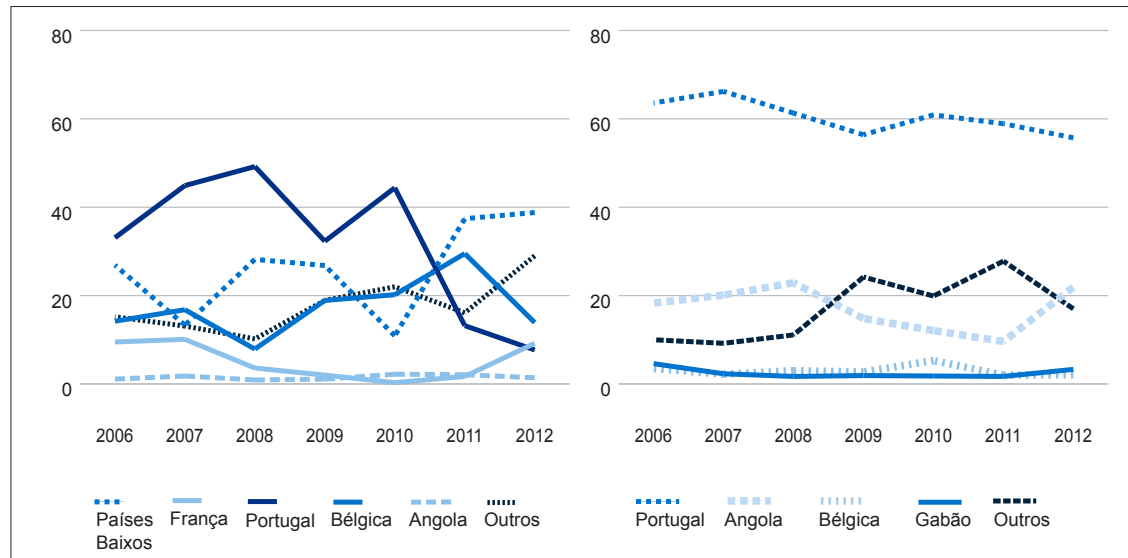


Exportações de Mercadorias por País de Destino

(peso no total, %)

Importações de Mercadorias por País de Origem

(peso no total, %)



Fonte: Banco de Portugal, 2013.

No período entre 2006 e 2012, Portugal teve sempre uma posição dominante como fornecedor do arquipélago, com uma quota superior a 55%, seguido por Angola com 21,9% das importações santomenses, sendo este país o maior fornecedor de combustíveis para o arquipélago.

O leque de países que exportam para São Tomé e Príncipe tem-se diversificado e inclui o Japão, a China, a França e os Países Baixos, cada um com valores transacionados crescentes e inferiores a 2,5% de quota individual.

1.5 Relações internacionais e regionais

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é membro de várias organizações mundiais e regionais, com papel relevante na cooperação económica, das quais se destacam:

- Banco Africano de Desenvolvimento, de que o país é membro desde 1978. Até maio de 2013, o Banco financiou 30 operações em diversos setores no valor global de 156 milhões de dólares.
- Grupo Banco Mundial, que financiou, até 2013, projetos no total de 100 milhões de dólares, a maior parte procedentes da Associação Internacional de Desenvolvimento.
- Organização das Nações Unidas, através das agências especializadas. Recentemente, em março de 2014, o FMI concluiu a terceira avaliação do Programa Económico e Financeiro ao abrigo do Instrumento de Crédito Alargado, aprovado em 2012 por três anos, no montante de 4 milhões de dólares.
- União Africana, constituída por 54 Estados membros, com o objetivo de promover a integração das economias numa Comunidade Económica Africana.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, que integra São Tomé e Príncipe, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Esta Comunidade visa a concertação de relações internacionais e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.





- Comunidade Económica de Estados da África Central (CEEAC) constituída em 1983, com 10 membros, tem por objetivo criar uma zona de comércio livre. São Tomé e Príncipe assinou o acordo da tarifa externa comum e respeita a classificação aduaneira e respetivas faixas tarifárias.
- São Tomé e Príncipe não é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) mas beneficia do estatuto de observador.
- São Tomé e Príncipe ratificou várias convenções de proteção ambiental: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação.

São Tomé e Príncipe tem acesso preferencial aos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos da América, fator relevante para investidores interessados na exportação, através das iniciativas seguintes:

- Iniciativa da União Europeia “Tudo menos Armas” (EBA), um dos cinco instrumentos disponíveis no âmbito do Sistema Generalizado de Preferências da União Europeia, que concede preferências comerciais aos “países menos desenvolvidos” e lhes permite aceder ao mercado europeu com isenção de direitos aduaneiros para produtos produzidos inteiramente no país de exportação e para outros fabricados no país com fatores de produção externos mas cujo processamento seja suficiente no país de exportação.
- A Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA), promulgada pelos Estados Unidos em 2000, dá acesso preferencial a 39 países africanos para exportarem a maioria dos seus produtos para o mercado norte-americano, sem impostos, e extra-acordos de comércio livre. A Lei de Aceleração da AGOA, em vigor desde 2012 (AGOA III), prolonga este acesso preferencial até setembro de 2015, São Tomé e Príncipe foi considerado elegível mas não beneficiou ainda desta facilidade por não ter exportações para os Estados Unidos¹³.

¹³ Universidade de Columbia, Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe, 2008





2. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A economia santomense apresenta deficiências estruturais na base produtiva nomeadamente em termos de segurança alimentar e de cobertura das importações. Nas últimas quatro décadas as receitas de exportação baixaram pelo efeito conjugado da quebra da produção de cacau e da baixa do preço internacional desta matéria-prima. O país importa alimentos, combustíveis e bens de capital e tem dificuldade em financiar os défices comerciais anuais.

Nos últimos anos tem-se desenvolvido o turismo mas o impacto deste setor não é muito visível na balança externa do país por duas razões: as receitas geradas são insuficientes e a atividade do setor e os novos investimentos turísticos pesam na importação de bens e serviços.

As necessidades de financiamento do arquipélago advêm também do défice público global anual de dois dígitos nas contas públicas que tem ocorrido ao longo das últimas décadas. Neste contexto de desequilíbrio de contas externas e de finanças públicas, a economia santomense tem sido apoiada por ajuda internacional, complementada pelo afluxo de investimento direto estrangeiro, alguns bónus petrolíferos e empréstimos externos. Desde 2008 tem havido uma quebra na ajuda bilateral e multilateral provocada pela crise financeira internacional.

2.1 Financiamento de São Tomé e Príncipe

Desde a independência, em 1975, o país tem financiado o seu desequilíbrio estrutural nas contas face ao exterior com alguns bónus petrolíferos, donativos e empréstimos bilaterais e multilaterais. O crescimento sustentado da dívida pública atingiu um ponto crítico em 2000 e posteriormente em 2006, quando o *stock* da dívida pública atingiu 359,5 milhões de dólares, cerca de 288,5% do PIB. Nesse ano foi iniciado um processo da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados.

Dívida Pública Externa

Em março de 2007 o país beneficiou da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC — *Heavily Indebted Poor Countries*) e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI — *Multilateral Debt Relief Initiative*), abrangendo capital em dívida e respectivos juros e, em consequência, a dívida externa foi reduzida de 359,5 milhões de dólares, em 2006, para 110 milhões de dólares, em 2008, representativos de 60% do PIB.

Nos anos seguintes o país contratou novos empréstimos, a prazos mais longos e juros mais baixos, para financiar programas de redução da pobreza, e a dívida pública voltou a subir, atingindo 78% do PIB em 2010, conforme evidência o gráfico¹⁴.

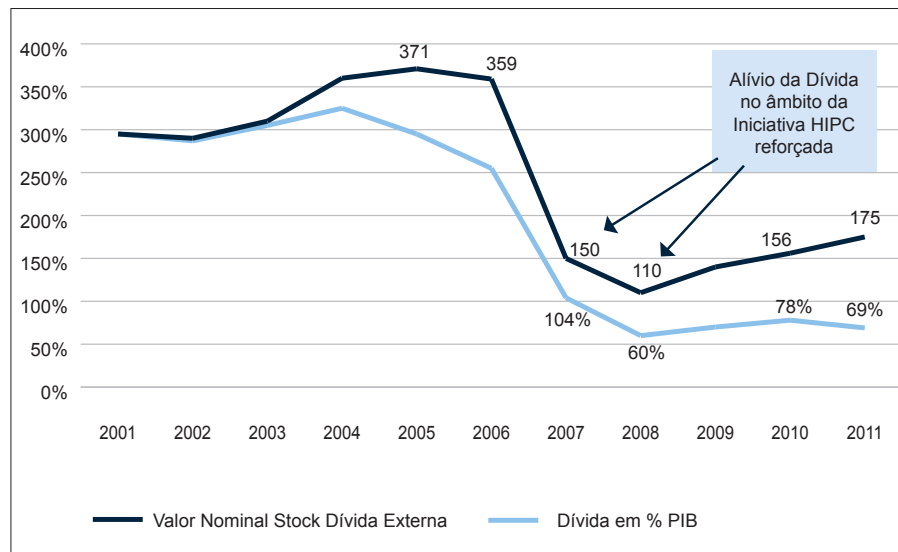
¹⁴ Evolução das economias dos PALOP e de Timor Leste 2007-2008, Banco de Portugal.





Stock de Dívida Externa

(milhões de dólares, % PIB)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

Estima-se que a dívida externa pública e com garantia pública de São Tomé e Príncipe, de médio e longo prazo, tenha alcançado 221,6 milhões de dólares no final de 2012, representativa de 85% do PIB.

A estabilidade macroeconómica é a principal prioridade das autoridades locais, face ao risco de sobre-endividamento do país.

A avaliação da sustentabilidade da dívida, conduzida pelo Banco Mundial e pelo FMI, indica que o risco do país permanece alto no que se refere à sustentabilidade da dívida externa, apesar de beneficiar dos efeitos benéficos da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

Entre os financiadores multilaterais o maior peso cabe ao FMI, IDA/FIDA e a instituições africanas (BAD/FAD e BADEA), como evidenciam os valores inscritos no quadro. A nível bilateral, Portugal continua a ser o principal financiador, seguido por Angola.





Evolução da Dívida por Credor

(milhões de dólares)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida Total	150,0	109,9	136,0	156,4	181,9	225,1
Dívida Externa total	150,0	109,9	136,0	156,4	181,9	216,7
Externa M.L. Prazo	146,6	106,5	122,6	138,7	154,2	165,6
Multilateral	35,8	30,5	37,0	38,0	42,1	41,0
<i>dos quais:</i>						
BAD/FAD	2,2	2,2	2,2	3,2	2,2	2,1
IDA	9,7	9,7	13,7	13,4	14,9	14,1
FIDA	10,2	3,9	5,7	6,5	7,9	8,0
BADEA	2,5	2,9	4,2	5,1	5,8	5,9
FMI	2,4	3,7	4,4	4,4	4,9	5,5
Bilateral	84,2	49,4	59,8	74,9	86,3	98,8
Outros credores oficiais	84,2	49,4	59,6	74,0	85,4	97,9
Portugal	34,8	0,0	0,4	13,1	27,3	39,8
Angola	22,0	22,0	32,0	32,0	32,0	32,0
China	17,3	17,3	17,1	17,0	17,3	17,3
Comercial	26,6	26,6	25,8	25,8	25,8	25,8
Itália	26,6	26,6	25,8	25,8	25,8	25,8
Externa C. Prazo	3,4	3,4	13,4	17,7	27,7	39,7
Nigéria	0,0	0,0	10,0	10,0	20,0	30,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	4,3	4,3	4,3
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,4
Dívida Interna	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4

Fonte: Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Gestão da Dívida Pública, 2014.

A dívida externa do arquipélago resulta da conjugação do desequilíbrio das contas externas e das contas públicas, conforme a seguir se explicita.

Contas Externas

A forte dependência do país das importações e a base limitada das suas exportações tornam a economia vulnerável a choques exógenos. Como já referido, o défice comercial resulta da forte dependência do arquipélago em importações de alimentos, combustíveis e bens de capital e da reduzida base de exportação.

A balança corrente tem registado défices anuais superiores a 20% do PIB, desde 2005, devido aos desequilíbrios da Balança comercial e da Balança de serviços e rendimentos, só parcialmente compensados pelo saldo positivo das transferências correntes.

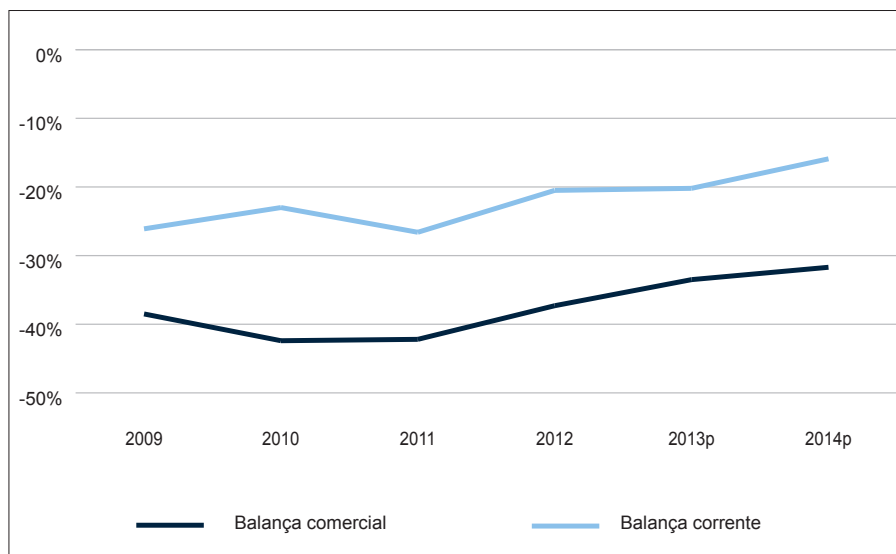
As transferências correntes englobam as remessas de emigrantes e as transferências oficiais de doações para projetos e da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e são contributos positivos para a Balança corrente do arquipélago.

O défice da Balança corrente foi de 22,5% do PIB, em 2012, e de 30,1% em 2011. Em 2013, este saldo deve manter-se nos 20,2% do PIB em consequência do aumento do produto, do menor volume de importações e do acréscimo das transferências correntes.





Balança comercial e Balança corrente (% PIB)



Fonte: FMI, janeiro de 2014.

Na Balança de capital e financeira santomense estão registados os fluxos de investimento direto estrangeiro, os bónus petrolíferos e os donativos associados ao alívio da dívida multilateral. O saldo desta balança é excedentário mas insuficiente para compensar o défice da Balança corrente pelo que o diferencial tem de ser financiado por crédito externo.

A entrada de investimento direto estrangeiro é benéfica para a economia por ser um fluxo de capitais que não acarreta dívida. No entanto, a dimensão limitada da economia e a escassez de infraestruturas têm dificultado a atração deste investimento que mantém um comportamento instável: em 2008 teve um pico de 43% do PIB, com a construção de um hotel, mas a média anual de entrada de capitais foi de 8% do PIB, entre 2000 e 2012.

Os bónus petrolíferos são outro fluxo financeiro favorável que pode beneficiar o financiamento da economia. Sobre esta temática ver **2.2 Petróleo e Conta Nacional do Petróleo**.

Os fluxos de alívio da dívida multilateral são contributos das instituições multilaterais que participam no financiamento da economia santomense, como é o caso das instituições do Grupo do Banco Mundial, BAD e outras.

Num outro âmbito, o endividamento do país advém também das necessidades de financiamento orçamental. Atendendo a que o investimento privado é limitado, o Estado tem assumido o papel de dinamizador da atividade económica, financiando investimentos públicos e assumindo défices orçamentais globais de dois dígitos ao longo dos anos, como a seguir se explicita.

Contas públicas

A despesa pública tem sido superior a 40% do PIB, entre 2009 e 2012, e mais de metade desse dinheiro público tem sido afetado ao investimento. As receitas tributárias não ultrapassaram 16,6% do PIB e o remanescente da despesa é financiado por donativos (15,4% do PIB/ano em média), alguns bónus petrolíferos e dívida externa.





Finanças públicas (valores em % PIB)	2009	2010	2011	2012	2013p	2014p	2015p
Receita total, donativos e bónus de assin. petróleo	31,2	38,1	37,1	33,6	31,7	31,9	32,7
Rec. tributárias	14,5	16,6	16,6	14,0	15,2	15,3	15,6
Rec. não-tributárias	2,1	1,6	1,4	1,3	1,7	1,3	1,3
Donativos	14,6	19,9	18,3	17,5	13,2	15,3	15,8
Bónus Petrolífero	0,0	0,0	0,8	0,8	1,6	0,0	0,0
Despesa total e concessão líquida de empréstimos	49,8	49,1	49,0	44,3	39,0	38,9	38,7
<i>das quais:</i>							
Correntes	20,2	20,4	20,1	17,7	18,7	18,6	18,4
Despesas de capital	28,5	28,7	28,9	26,6	20,3	20,3	20,3
Saldo global (base compromisso)	-18,6	-11,0	-11,9	-10,7	-7,3	-7,0	-6,0
Saldo primário interno (a)	-8,0	-4,1	-3,0	-3,3	-3,1	-3,0	-2,6

Fonte: FMI, 2014.

(a) Saldo global (base de compromisso), excluindo donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Com a fixação do câmbio da dobra face ao euro, no início de 2010, as autoridades santomenses têm-se preocupado em manter a estabilidade macroeconómica e o défice global de cada ano tem vindo a assumir valores mais moderados. Com o objetivo de limitar o risco de sobre-endividamento do país foi aprovada uma nova Lei-Quadro de Gestão da Dívida Pública, em abril de 2012, com o apoio do Banco Mundial e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI). A lei define o quadro estratégico e estabelece as responsabilidades e estrutura de governação do Gabinete da Dívida Pública. Sobre esta temática ver também **1.3 Enquadramento macroeconómico**.

O endividamento do setor público tem-se estabilizado nos 9% do PIB ao ano, com impacto negativo em termos de aumento anual da dívida pública externa do país. As contas de 2010 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas, em junho de 2013, num procedimento que ocorre pela primeira vez em mais de duas décadas. O financiamento da economia santomense pode beneficiar do potencial de exploração de petróleo.

2.2 Petróleo e Conta Nacional do Petróleo

A partir de 1980 as autoridades santomenses retomaram vários contactos com o objetivo de avaliar a prospeção de petróleo no arquipélago. O quadro elenca alguns dos procedimentos efetuados¹⁵.

- *Entre 1980 e 1989: contactos em vários países para apoiarem o financiamento de estudos sísmicos — Noruega, Brasil, Portugal (Fundação Calouste Gulbenkian), Angola — sem progressos significativos.*
- *Em 1989: assinatura de um acordo com a Island Oil Corporation (IOC) que perfurou espaços perto das erupções de petróleo (Pinheira e Morro Peixe) sem adquirir sísmica. O acordo expirou em 1995.*
- *Em 1990: re-perfuração mais profunda dos furos de Uba-Budo e Cecílio Gonçalves 1 pela IOC, sem resultado aparente.*
- *Em abril 1998: reivindicação da ZEE (Zona Económica Exclusiva) junto das Nações Unidas com base na Median Line Principle, de acordo com a Convenção da Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).*
- *Em fevereiro de 1999: aquisição de sísmica 2D em 22 blocos na ZEE pela Schlumberger.*

¹⁵ Ver <http://www.anp-stp.gov.st> e IMF Country Report n.º 06/329, September 2006.





- *Em 12 de fevereiro de 2001: assinatura de dois acordos com a PGS-Exploration-UK (Petroleum Geo Services, da Noruega).*
- *Em 21 fevereiro de 2001: assinatura com a Nigéria do Tratado que estabelece a Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) entre os dois países, para estudos e exploração de recursos petrolíferos e não-petrolíferos, numa área de sobreposição das suas respetivas águas territoriais.*
- *Em 2001 e 2002: aquisição pela PGS de 3 600 km² de sísmica 2D na ZEE e de 3 000 km² de sísmica 3D na parte noroeste da ZDC.*

Em 16 janeiro de 2002 foi iniciada a atividade de prospeção de petróleo na *Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC)*.

Entre 2003 e 2009 foi publicada legislação adaptada ao negócio petrolífero, designadamente:

- Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas (Lei n.º 8/2004, inclui Conta Nacional do Petróleo)
- Decreto-lei n.º 5/2004 – Criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP-STP)
- Decreto-lei n.º 3/2004 – Organização Estatal do Setor Petrolífero
- Lei n.º 16/2009 – Lei-Quadro das Operações Petrolíferas
- Lei n.º 15/2009 – Lei de tributação do petróleo
- Decreto-lei n.º 57/2009 – Programa de pesquisa e produção de hidrocarbonetos.

São as seguintes as entidades relacionadas com as operações do Petróleo em São Tomé e Príncipe:

- Autoridade de Desenvolvimento Conjunto que administra a ZDC conjuntamente com a Nigéria.
- O Conselho Nacional do Petróleo, criado pelo Decreto-lei n.º 3/2004, de 18 de junho, define a política de hidrocarbonetos a concretizar pelo Governo e pela ANP-STP.
- A ANP-STP, criada pelo Decreto-lei n.º 5/2004, de 30 de junho, é o organismo regulador da indústria petrolífera nacional, com competência para negociar e celebrar contratos em nome do Estado e fiscalizar a atividade dos agentes da indústria petrolífera.
- A Empresa Petrolífera Estatal – Petrogás, com estatutos aprovados pelo Decreto-lei n.º 6/2001, de 9 de agosto, é o organismo do Estado competente para negociar e celebrar contratos petrolíferos em nome do Estado e realizar operações petrolíferas.
- O Banco Central (Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas) pode abrir e gerir as Contas do Petróleo – Conta Nacional do Petróleo e Fundo Permanente de São Tomé e Príncipe. A Conta Nacional do Petróleo foi aberta e é mantida nos termos da Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas (Lei n.º 8/2004, de 30 de dezembro)¹⁶.

O Decreto-lei n.º 57/2009 refere a decisão do país de lançar um programa de pesquisa e produção de hidrocarbonetos e explicita a classificação das Zonas de prospeção.

A área *offshore* do arquipélago é dividida em duas partes distintas: a Zona Económica Exclusiva e Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC), esta de administração conjunta com a Nigéria. Há também a Zona *Onshore* e cada uma das três componentes é tratada separadamente segundo as suas características específicas.

¹⁶ Ver <http://www.anp-stp.gov.st/>





Zona de Desenvolvimento Conjunto

O Tratado assinado pelas autoridades santomenses e nigerianas, em fevereiro de 2001, estabelece uma Zona de Desenvolvimento Conjunto. As receitas petrolíferas são repartidas, em 60% para a Nigéria e 40% para S. Tomé.

A exploração petrolífera na ZDC criou 38

pela proximidade da área de Akpo, onde, em maio de 2000, a TotalFinaElf fez várias descobertas de petróleo e gás nas águas profundas da Nigéria. Estudos sísmicos mostram que as condições geológicas responsáveis pela maioria das descobertas nas águas profundas nigerianas continuam para dentro da parte nordeste da ZDC. A sudoeste desta Zona não há certezas quanto à extensão da zona favorável.

Zona Económica Exclusiva

A Zona Económica Exclusiva destinada ao leilão de blocos mede 125 891 km² e divide-se em três zonas de exploração petrolífera, referenciadas por A, B, C, no mapa:

- Zona A, com 26 165 km², é composta de 6 blocos numerados de 1 a 6.
- Zona B, com 50 004 km², é composta de 7 blocos numerados de 7 a 13.
- Zona C, com 49 722 km², é composta de 6 blocos numerados de 14 a 19.

Os blocos definidos no Decreto-lei n.º 57/2009 destinam-se a ser adjudicados a companhias petrolíferas.

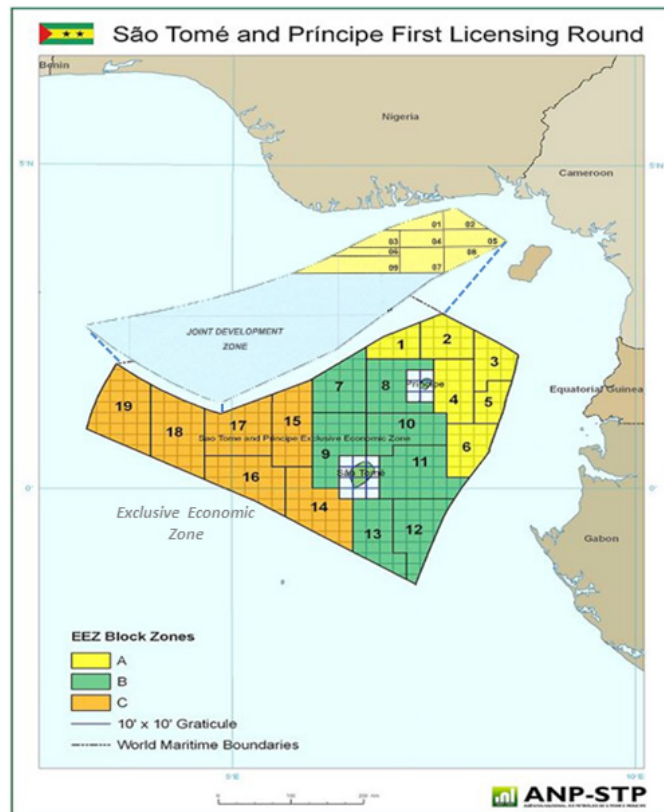
Zona Onshore

Para além das duas Zonas Offshore há possibilidades de exploração em terra, nas ilhas do arquipélago. Nos poços perfurados em terra encontraram-se amostras de hidrocarbonetos nas areias, que podem ter vindo do subsolo marinho empurradas pelas rochas vulcânicas que formam as ilhas.





Mapa da Zona Económica Exclusiva e da Zona de Desenvolvimento Conjunto



Zona de Desenvolvimento Conjunto – Empresas Concessionárias

Block N.º	Area (km)	Company	Percent (%)
Block 1	704	Chevron Texaco	51
		Exon Mobil	40
		Daugote / EER	9
Block 2	692	SINOPEC / ERHC / ADDAX	65
		Equator Exploration / ONG Videsh	15
		A. & Hartman	10
		Foby Engineering	5
		Amber Petroleum	5
		Anadarko	51
Block 3	666	ERHC / ADDAX	25
		DNO / EER	10
		Amber Petroleum	10
		Ophir / Broadlink	4
		ADDAX / ERHC	60
Block 4	857	Conoil	20
		Dana Gas	10
		Godsonic Oil & Gas	5
		OVERT	5
		ICC / OEOC Consortium	75
Block 5	1091	Sahara	10
		Filthim-Huzod Oil & Gas	85
Block 6	588		15

Fonte: ANP-STP





Os primeiros bónus petrolíferos datam de 2005/2006 como se exemplifica no quadro seguinte.

26 de maio de 2006

Chevron encontra Hidrocarbonetos no Bloco 1

A Autoridade de Desenvolvimento Conjunto Nigéria/São Tomé e Príncipe, a *Chevron* e os seus parceiros – *Esso Exploration and Production-Nigeria-São Tomé (One) Limited* e *Dangote Energy Equity Resources* – encontraram hidrocarbonetos no poço de exploração Ôbo-1 no Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto Nigéria – São Tomé e Príncipe.

No Ôbo-1 foram encontrados pelo menos 150 pés (45 metros) líquido de hidrocarboneto em múltiplos reservatórios que necessitam ser avaliados e (...) é prematuro determinar se a Chevron e os seus parceiros fizeram ou não uma descoberta comercial. O poço Ôbo-1 está localizado à profundidade de 1720 metros (5.640 pés) no mar e a perfuração foi concluída em 63 dias, a 15 de março de 2006¹⁷.

20 de março de 2006

Autoridade de Desenvolvimento Conjunto assina três *Contratos de Partilha de Produção* relativos aos blocos petrolíferos situados na Zona Económica Conjunta. Com a conclusão desta operação STP arrecada 28,6 milhões de dólares.

Os contratos assinados referem-se aos blocos 2, 3 e 4: o bloco 2 rende um bónus de assinatura de 71 milhões de dólares; o bloco 3 (40 milhões de dólares) e o bloco 4 (90 milhões de dólares).

*Os operadores são a empresa petrolífera chinesa *Sinopec*, a companhia americana *Anadarko* e *Addax* sediada na Suíça. O montante total do bónus de assinatura ascende a 201 milhões de dólares repartidos na proporção de 60 % para a Nigéria e 40% para STP. Considerando os acordos existentes entre STP e ERHC, esta exerceu os direitos de opção que a isenta de pagamento de bónus de assinatura equivalente a 51,8 milhões de dólares¹⁸.*

Com a receção dos bónus foi criada a Conta Nacional do Petróleo.

Conta Nacional do Petróleo

A Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas (Lei n.º 8/2004) prevê a criação de um fundo soberano para o petróleo (Conta Nacional do Petróleo) e estipula que apenas 20% dos valores constantes nos bónus petrolíferos serão transferidos para o orçamento público para financiar o défice orçamental.

¹⁷ <http://www.anp-stp.gov.st/>

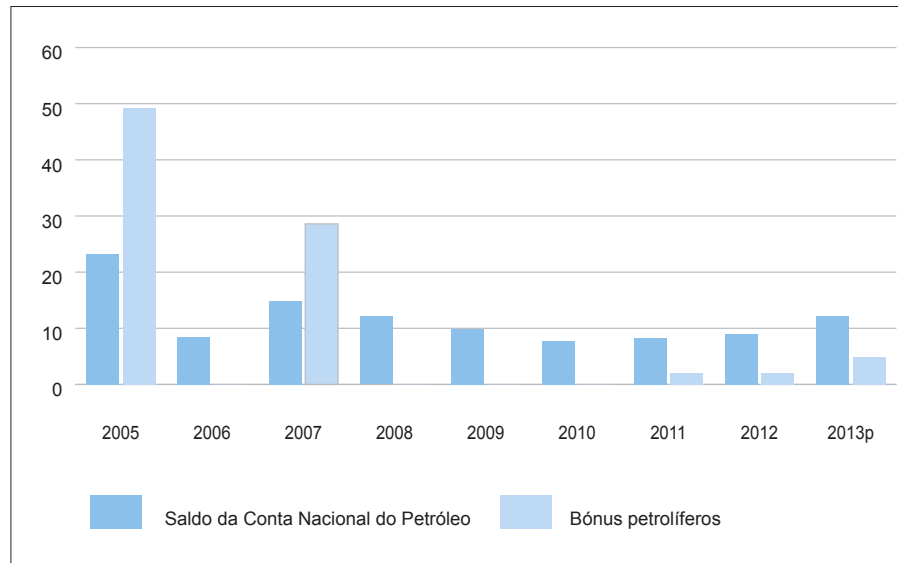
¹⁸ <http://www.anp-stp.gov.st>





Evolução da Conta Nacional do Petróleo

(milhões de USD)



Fonte: Banco de Portugal, 2013 e FMI, 2014.

Estima-se que entre 2005 e 2009 o país tenha recebido 79 milhões de dólares, verba reforçada posteriormente com a assinatura de novos contratos de prospeção¹⁹.

Em 2011 e 2012 foram recebidos bónus de assinatura de contratos para a prospeção de hidrocarbonetos de 2 milhões de dólares em cada ano. Tais receitas já não davam entrada desde 2007 e ajudaram a aliviar as dificuldades de financiamento do país²⁰.

Como parte do compromisso de aumentar a transparência na gestão dos seus recursos naturais, e com a ajuda do Banco Mundial, o Governo apresentou a candidatura, aceite no final de outubro de 2012, para adesão do país à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). Entretanto o país tem de cumprir os critérios para se tornar compatível com a ITIE.

A saída da petrolífera francesa Total do Bloco 1 da ZDC, em setembro de 2013, assume a importância de um choque externo por este ser considerado o campo mais promissor que, depois de vários adiamentos, poderia iniciar a produção em 2015.

19 Banco Africano de Desenvolvimento, *Democratic Republic of São Tome and Príncipe*, Country Strategy Paper 2012-2016, junho 2012, pág.13.

20 Em abril de 2012 a assinatura de um acordo para a exploração do Bloco 5, com a Empresa *Equator Exploration* permitiu receber um bónus de assinatura de cerca de 2 milhões de dólares.





Perspetivas da Produção de Petróleo

O anúncio da petrolífera francesa Total da desistência de participar na exploração do Bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria foi um desenvolvimento inesperado. A Total era a última companhia petrolífera de grande porte envolvida na prospeção na ZDC, após a saída das outras grandes petrolíferas (Exxon, Chevron e Sinopec) entre 2007 e 2012, por terem ficado decepcionadas com os resultados das perfurações de exploração, por as reservas de hidrocarbonetos serem pequenas demais e o custo de extração demasiado para justificar novos investimentos.

Mais uma vez, São Tomé e Príncipe vê adiadas as suas perspetivas de riqueza petrolífera. A prospeção de petróleo no país foi iniciada em 1997, e as avaliações optimistas à época indicavam que a produção poderia ser iniciada já em 2002.

As empresas petrolíferas desembolsaram montantes significativos em “bónus de assinatura” para iniciar a prospeção. As perspetivas de exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe passarão agora a depender de empresas de médio porte com capacidade reduzida de perfuração em alto mar²¹.

Outras empresas petrolíferas de médio porte parecem interessadas em explorar o Bloco 1 da ZDC, no lugar da Total, mas há incerteza sobre o cronograma e o volume de petróleo passível de ser extraído.

Conforme refere o FMI, caso não se inicie a produção de petróleo no futuro próximo, a melhoria dos indicadores orçamentais e da sustentabilidade da dívida externa será mais lenta e as autoridades nacionais vão continuar a depender de donativos e financiamentos externos²².

A par da necessidade de reequilíbrio financeiro do país e de controlo da dívida externa, ao longo das últimas décadas, os diferentes governos têm elaborado programas de redução da pobreza, enunciados no ponto seguinte.

2.3 Programas de Desenvolvimento Económico e Social

O primeiro programa nacional para redução da pobreza foi elaborado em 2002, com a designação de Estratégia de Redução da Pobreza Nacional. Na época, 53,8% da população vivia na pobreza e pretendia-se reduzir essa proporção para metade, em 2010, e em dois terços até 2015, entre outras metas.

Em 2005 foi elaborado o Plano de Ações Prioritárias 2006-2008 (PAP), submetido aos parceiros internacionais, com a intenção de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Foi criada uma estrutura de coordenação e acompanhamento, incluindo o Observatório para a Redução da Pobreza, e realizaram-se encontros com doadores e parceiros financeiros.

O desempenho do PAP (2006-2008) e da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-I) ficou aquém das expectativas.

Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

A Estratégia de Redução da Pobreza Nacional (ENRP-II) para o período de 2012 a 2016, estabelecida em 2011, tem em conta o balanço do que foi adquirido na década de 2000 a 2010:

- Os resultados do perfil de pobreza com base no rendimento indicam que houve uma redução da pobreza de 4,2% na década, de 53,8% da população em 2000 para 49,6%, em 2010, muito aquém da meta prevista de redução da pobreza para metade. Na Região Autónoma do Príncipe a incidência da pobreza diminuiu 1,6 %, de 60,1% para 58,5%.

²¹ Relatório sobre as consultas de 2013 do FMI ao abrigo do artigo IV e segunda avaliação do Acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, 2 de dezembro de 2013, pág. 25.

²² Relatório do FMI n.º 14/2, janeiro de 2014.



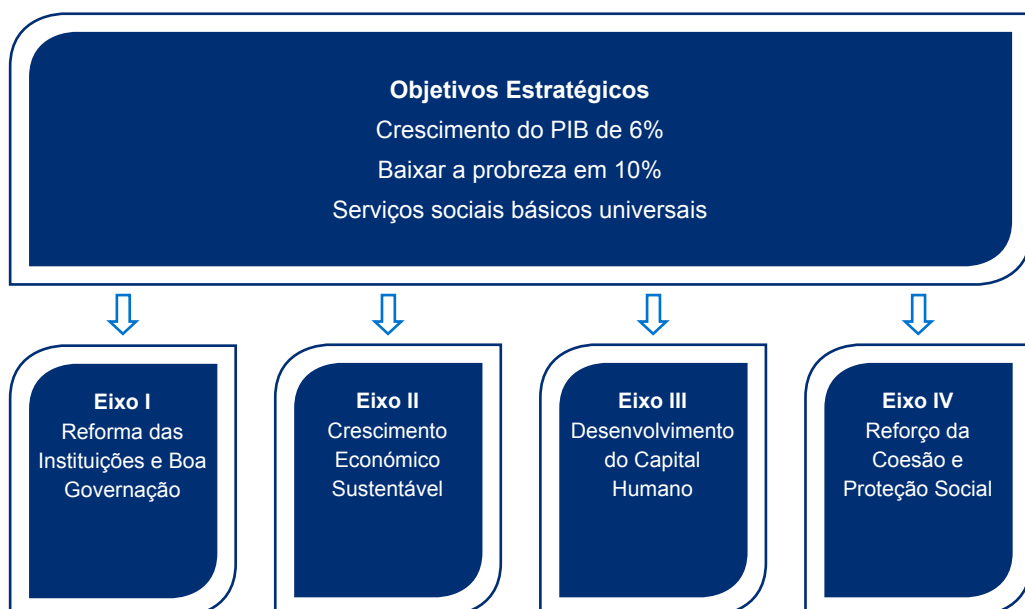


- A pobreza baixou em todos os distritos, com exceção de Água Grande, onde aumentou de 39,4% em 2000 para 52% em 2010. A maior redução da pobreza ocorreu no distrito de Mé-Zochi, de 58,9% da população, em 2000, para 38% em 2010.
- A evolução foi positiva mas os níveis de pobreza são muito elevados nos distritos de Caué, Lembá e Lobata onde mais de 50% da população está abaixo da linha de pobreza, definida como um limiar de 24 mil dobras (98 cêntimos de euro) por pessoa e por dia.
- Analisando o perfil de pobreza com base no custo dos serviços básicos, 66,2% da população de São Tomé e Príncipe é pobre, ou seja, dois terços da população vive com menos de 30 mil dobras (1,22 euros) por dia e por pessoa.
- O empobrecimento é menor entre a população ativa e agravado para as pessoas inativas e desempregadas. Uma em cada três pessoas pobres tem um salário mensal inferior ao salário mínimo de 822.255 dobras (equivalente 33,56 euros)²³.

Para concretizar a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza atualizada (ENRP-II) foi elaborado o Plano de Ações Prioritárias 2013-2016 (PAP) com um conjunto de medidas orientadas para dar resposta aos compromissos assumidos no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, assinado entre o Governo e o FMI.

O PAP está organizado em oito partes que explicitam as várias componentes: a visão e os objetivos de desenvolvimento a médio prazo, a governação e as prioridades nacionais, o quadro macroeconómico, os custos de financiamento e os mecanismos de implementação e avaliação da estratégia.

A visão do PAP assenta na valorização das potencialidades internas e na cooperação bilateral e multilateral para potenciar a governação do país. Os objetivos elencados no PAP são concomitantes com os de desenvolvimento do milénio e, para os alcançar, são definidos quatro eixos estratégicos de intervenção: reforma das instituições públicas e boa governação; promoção do crescimento económico sustentável; valorização do capital humano e melhoria dos serviços sociais básicos; e reforço da coesão e proteção social – conforme evidencia o esquema seguinte.



Fonte: 2.ª Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-16, Março 2012

23 Ver IMF Country Report No. 14/9, Democratic Republic of São Tomé and Príncipe – Poverty Reduction Strategy Paper, janeiro 2014.





O quadro macroeconómico previsto para implementar a nova estratégia, de cinco anos, indica dois cenários:

- (i) o cenário de referência projeta o início da produção de petróleo em 2015;
- (ii) um cenário alternativo sem a produção de petróleo²⁴.

No cenário com petróleo (i) o produto cresce 6% em 2014, começa a exportação petrolífera, a inflação é de um dígito e o défice primário interno ronda 3% do PIB.

No cenário não petrolífero (ii) a taxa de crescimento é menor por não haver investimentos para a exploração de petróleo e o governo adota políticas orçamentais restritivas para atingir um défice primário interno da ordem de 2% do produto.

Em termos de objetivos de desenvolvimento pretende-se alcançar um crescimento da economia de 6% e reduzir em 10% a proporção da população santomense em situação de pobreza.

As prioridades nacionais foram enquadradas em quatro vectores, que se enunciam:

- Criar emprego para reduzir a pobreza;
- Melhorar a segurança alimentar;
- Desenvolver a educação e a saúde e combater as grandes endemias;
- Reforçar as instituições, promover a boa governação e afetar melhor os recursos às prioridades de desenvolvimento.

O crescimento da economia é condição necessária para reduzir a pobreza. O quadro da política fiscal de 2013 a 2016 indica um crescimento do produto de 4,5%, em 2013, e de 6% até 2016, assente no desenvolvimento do setor privado e na diversificação da atividade económica. A curto e médio prazo prevê-se que o financiamento dos programas seja feito com donativos e endividamento externos.

Prevêm-se investimentos em infraestruturas de transportes (porto, aeroporto e estradas), na agricultura e pescas, na energia e outros, para estimular os serviços ligados ao turismo, transportes e telecomunicações.

O orçamento do PAP é de 1.870.570 milhões de dobras (98.451.055 dólares) para o período de 2013-2016:

- 23.148 Milhões de dobras provenientes do orçamento de Estado,
- 76.416 Milhões de dobras já contratados e
- 1.770.961 Milhões de dobras (93.208.474 dólares) a mobilizar.

O Governo promoveu algumas reformas no âmbito da Estratégia Nacional da Redução da Pobreza para 2012-2016, tendentes a melhorar a cobrança de receitas fiscais. Assinou também um acordo com o *Gabonese Financial and Investment Bank* para uma linha de 200 mil euros para microcrédito a pescadores na região norte do país e tem em curso um programa especial de crédito, no montante de 35 mil dólares, para apoiar organizações na área da agricultura, formação profissional e indústria alimentar.

²⁴ Nos dois cenários a taxa de câmbio nominal continua indexada ao euro à taxa de 24.500 dobras santomenses para 1 euro.





2.4 Recursos humanos

Em setembro de 2000, os membros da ONU aprovaram 8 Metas de Desenvolvimento do Milénio, com os seguintes objetivos: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e a capacitação da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o VIH, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Nas classificações anuais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento São Tomé e Príncipe caiu da 119.^a posição, em 2002, para a 144.^a, em 2013, ou seja, desceu 25 posições em menos de 10 anos. O rendimento médio de 1.508 dólares por habitante, registado em 2012, coloca o arquipélago no grupo dos países de rendimento médio²⁵.

Treze anos após a Declaração do Milénio, em 2000, os progressos alcançados em direção às metas fixadas foram lentos e as dificuldades foram sobretudo de ordem financeira. A avaliar pela evolução verificada nos diversos indicadores que compõem as oito metas do milénio, pode afirmar-se que até 2015 São Tomé e Príncipe não estará em condições de alcançar todas as metas mas pode aproximar-se do objetivo pretendido em algumas.

Metas de Desenvolvimento do Milénio

	Probabilidade de ser atingido em 2015
Meta 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	Fraca
Meta 2: Alcançar o ensino primário universal	Provável
Meta 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher	Fraca
Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil	Provável
Meta 5: Melhorar a saúde materna	Potencial
Meta 6: Combater o HIV, a malária e outras doenças	Provável
Meta 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	Potencial
Meta 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	Improvável

Fonte: Relatório Nacional de Preparação da Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, 2013.

Na erradicação da pobreza extrema e da fome o resultado obtido é limitado. O crescimento económico tem sido mais frágil que o esperado e há ainda aspetos de gestão que podem melhorar os resultados obtidos. De acordo com os dados mais recentes, 66,2% da população vive abaixo do limiar de pobreza. Na última década o desemprego diminuiu de 16,7%, em 2010, para 13,9%, em 2012. O emprego cresce menos nos setores primário e secundário e mais nos setores de administração pública e educação.

O objetivo de alcançar o ensino primário total é possível atendendo a que a taxa de alfabetização foi de 99,1% em 2012. Acerca dos direitos das mulheres e da igualdade de género verificaram-se alguns progressos e a integração das mulheres na atividade económica, em igualdade de acesso, está contemplada na lei. O Governo está comprometido com a implementação da Convenção do Comité das Nações Unidas sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres²⁶. Em 2010 foi criado o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género, que confirma o compromisso das políticas públicas com esta temática.

25 Ver Relatório Nacional de Preparação da Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a ter lugar na cidade de Ápia, nas Ilhas Samoa, em 2014, pág.6. www.sids2014.org/content/documents/238Sao%20Tome%20and%20Principe-RELATORIO%20SIDS%20VERS%C3%20FINAL.pdf.

26 A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) foi adotada em 1979 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, é frequentemente descrita como uma declaração internacional de direitos para as mulheres. É composto por um preâmbulo e 30 artigos, define o que constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma agenda de ação nacional para acabar com a discriminação. Consultar www.un.org/womenwatch/daw/cedaw





A atuação das autoridades na redução da mortalidade infantil tem evoluído favoravelmente com uma taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos) de 58 nascituros, em 2012, inferior aos 78,6 óbitos de nascituros da média africana. A prestação de cuidados de saúde tem melhorado sobretudo na área da saúde materna e infantil, e a taxa de mortalidade materna (por 100 mil nados-vivos) baixou de 110, em 2000, para 70 em 2012. A prevalência do HIV é de 1% na população com idade compreendida entre 15 e 49 anos. As doenças dominantes são respiratórias, diarreias, malária, e doenças transmissíveis causadoras de morbidade e mortalidade.

Tem sido feito um esforço, com a ajuda de Taiwan, para erradicar a malária que constituía o maior risco de saúde pública. Atualmente, a taxa de prevalência da malária é já muito reduzida, o que faz de S. Tomé e Príncipe uma zona de risco moderado. No ilhéu das Rolas a malária está erradicada.

Taiwan pretende transformar a delegação de Saúde de São Tomé e Príncipe num hospital de referência

O centro policlínico na cidade de São Tomé deverá transformar-se num hospital de referência, sob administração de técnicos taiwaneses. As negociações estão em curso.

O centro policlínico de São Tomé, criado e apetrechado por Taiwan, com laboratório de análises clínicas, serviço de RX, e unidade de estomatologia, também oferece consultas a centenas de utentes.

(...)

Ao mesmo tempo, a ilha formosa, disponibilizou 3 milhões de dólares para construção de um novo banco de urgências no hospital Ayres de Menezes. A nova unidade de saúde em fase de construção, será apetrechado com as mais modernas tecnologias, acrescentou o embaixador de Taiwan.²⁷

Educação

Desde a independência tem havido empenho em melhorar a educação em termos quantitativos. A qualidade de educação primária continua preocupante e prejudica a continuação para os estudos secundários. Cerca de 86% dos alunos frequentam o ensino secundário na idade prevista mas só 16,8% completam este ciclo.

O ensino técnico e profissional está pouco desenvolvido. As instalações do Centro Politécnico têm capacidade limitada, com apenas quatro oficinas e quatro salas de aula. O Centro de Formação Profissional Budo-Budo tem também instalações limitadas.

A rede escolar é composta por uma centena de escolas. O número de escolas é insuficiente e estão localizadas nas capitais de distrito. Muitos alunos percorrem grandes distâncias para frequentar a escola, sem transporte, por caminhos rurais.

As aulas são superlotadas, com regime tripla seguido na maior parte dos estabelecimentos. Faltam materiais de ensino e a qualificação do pessoal docente é inadequada, sem carreira profissional ou salários adequados.

Para os últimos anos do ensino secundário há o Liceu Nacional na capital do país e, desde 2013, o Liceu Maria Manuela Margarido, na cidade de Trindade. O Instituto Diocesano de Formação, privado, com currículos portugueses, funciona com o apoio da Igreja Católica e do Ministério da Educação português.

²⁷ ver <http://www.telanon.info/politica/2012/07/15/10852/taiwan-pretende-transformar-a-delegacao-de-saude-de-sao-tome-num-hospital-de-referencia/>





Instituto Diocesano de Formação

Há três instituições de ensino superior no país: o Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe, a Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe e o IUCAI (Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática).

Existem também alunos do ensino superior que estudam no estrangeiro, por vezes com bolsas oferecidas pela cooperação internacional e pelo Governo de São Tomé e Príncipe.

A Universidade de Évora tem colaborado com S. Tomé e Príncipe no âmbito de um protocolo que permite a deslocação de docentes às ilhas e a vinda de estudantes saotomenses a Portugal, o que permitiu certificar os primeiros licenciados no país.

2.5 Outras áreas

São Tomé e Príncipe é membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) desde 1976. Aquando da decisão e conclusão da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) para os países pobres muito endividados, em 2000 e 2007, o país qualificou-se também para a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI), e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em 99,56 milhões de dólares. A assistência total do BAfD no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI ascendeu a 187,92 milhões de dólares em alívio da dívida. No final de dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de 13,33 milhões de dólares no âmbito da HIPC e de 99 milhões de dólares no âmbito da MDRI.

Em junho de 2013, o Banco realizou a sua avaliação do desempenho da carteira de projetos do país. Em termos de distribuição setorial é de referir a participação substancial da agricultura, cerca de 45% da carteira, seguida dos projetos plurissetoriais com 37%. Não há projetos multinacionais ou do setor privado em curso.

O envolvimento do BAfD em São Tomé e Príncipe é regido pelo novo documento de estratégia nacional de 2012-2016, aprovado em julho de 2012, com o objetivo de preparar as autoridades para produção de petróleo, antecipando os riscos que esta representa para o desenvolvimento socioeconómico do país.

A estratégia assenta na capacitação e fortalecimento das instituições e na formação dos recursos humanos de modo a melhorar a governação económica e financeira e criar um ambiente propício para o desenvolvimento do setor privado.

O Grupo Banco Mundial desenvolve uma estratégia individualizada para cada país com o qual coopera. O apoio a São Tomé e Príncipe tem-se centrado em operações de ajustamento estrutural nos setores da agricultura, saúde e educação. À data, a intervenção mais atual visa a redução da pobreza, em linha com o segundo documento de Estratégia de Redução da Pobreza (ENRP II) em que o Governo identifica prioridades e estabelece áreas prioritárias de intervenção para reduzir a pobreza no período 2012-2016.





3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O desenvolvimento socioeconómico de um país depende, em grande medida, da capacidade de atrair investimentos geradores de riqueza e emprego. Para as autoridades nacionais é útil dispor de instrumentos que facilitem a análise do posicionamento relativo do país face às economias regionais, e a outras com as quais tenha afinidades ou que sejam concorrentes.

A definição da estratégia de internacionalização das empresas é precedida de pesquisa e seleção de informação sobre os mercados externos mais interessantes. Face à diversidade de alternativas geográficas, os investidores valorizam o nível de risco e o ambiente de negócios das economias, em termos do acolhimento disponibilizado ao investimento estrangeiro e da facilidade de fazer negócios.

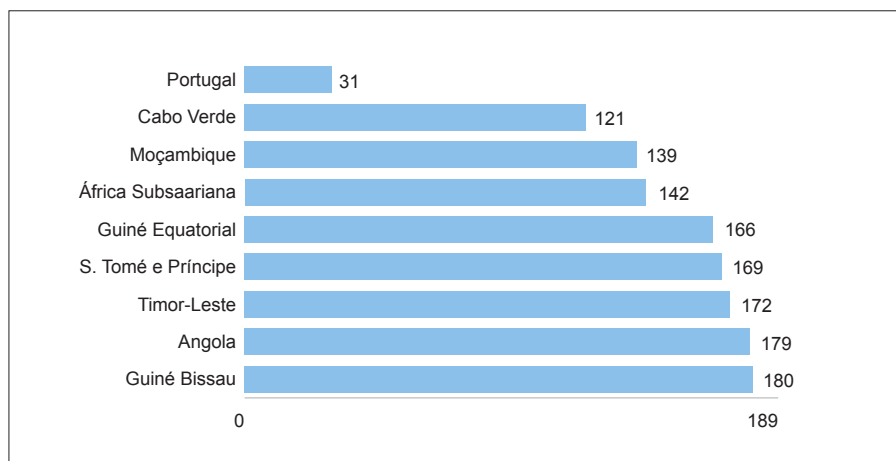
Para melhor perceção das potencialidades e fatores críticos para o investimento, o meio empresarial dá importância às classificações publicadas por Organizações internacionais. No âmbito do ambiente de investimento, apresentamos dois índices utilizados nas classificações dos países e que têm grande aceitação por parte dos investidores.

3.1 Ambiente de investimento

O Relatório *Doing Business* 2014 do Banco Mundial apresenta a classificação de 189 países relativamente ao ambiente de negócios. São Tomé e Príncipe figura na 169.^a posição e desceu 9 lugares, face a 2013, quando esteve no 160.^o lugar. A descida combina fatores de menor desempenho e ofusca alguns progressos. No último ano foram melhoradas as tecnologias de informação e comunicação nas quais o governo investiu 6,4 milhões de dólares. Em sentido inverso, não houve continuidade nos esforços para tornar mais acessíveis os custos dos procedimentos associados às importações.

O gráfico seguinte mostra a classificação do *Índice Doing Business* 2014 atribuída a São Tomé e Príncipe, a alguns PALOP e à média dos países da África Subsaariana que permite, de algum modo, situar o país-alvo face aos parceiros lusófonos e a vizinhos regionais relativamente ao ambiente de negócios.

Doing Business 2014



Fonte: Banco Mundial, 2014.

O gráfico evidencia a posição 169.^a de São Tomé e Príncipe, equidistante de Timor-Leste e da Guiné Equatorial, bastante abaixo da média do conjunto de países da África Subsaariana classificados na 142.^a posição.





O Índice *Doing Business* permite obter informação sobre o grau de dificuldade de um empresário para iniciar um negócio de média dimensão, que cumpra os requisitos legais do país. O Índice mede e controla as alterações em regulamentos que afetam 11 áreas do ciclo de vida de um negócio: Iniciar um negócio, Obtenção de alvarás de construção, Obtenção de eletricidade, Registro de propriedades, Obtenção de crédito, Proteção de investidores, Pagamento de impostos, Facilidade de comércio internacional, Execução de contratos e, por fim, Resolução de insolvência.

A metodologia de cálculo do Índice *Doing Business* tem limitações. Vejamos algumas:

- Há áreas importantes para os negócios que não são tratadas, como é o caso da proximidade de grandes mercados, da segurança da propriedade, da transparência das compras governamentais, das condições macroeconómicas ou da qualidade das instituições;
- Os indicadores utilizados referem-se a um tipo específico de negócio, geralmente uma sociedade de responsabilidade limitada a operar na maior cidade de negócios de cada país, o que pode dar uma ideia enviesada da realidade nacional. Por exemplo, o indicador sobre a obtenção de eletricidade refere-se à cidade de S. Tomé e não espelha a qualidade da distribuição elétrica noutras localidades do arquipélago.

À parte as limitações do Índice é relevante a sua utilização para visualizar a posição relativa de São Tomé e Príncipe em diversas áreas de negócio, face a Portugal e aos PALOP, conforme se indica no quadro seguinte. A multiplicidade de referencias permite avaliar vários indicadores relativos ao ambiente de negócios e as dificuldades a ultrapassar pelos empresários interessados em investir ou fazer negócio no país.

Ranking Doing Business 2014 **Comparação entre os PALOP, Timor-Leste e Portugal** (classificação em 189 países)

País	Timor-Leste	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	Portugal	S. Tomé e Príncipe
População (milhões)	1,1	20,8	0,49	1,6	25,2	10,5	0,19
Classificação 2014	172	179	121	180	139	31	169
Iniciar um negócio	154	178	66	159	95	32	98
Obtenção de alvarás de construção	128	65	135	119	77	76	103
Obtenção de eletricidade	44	170	151	188	171	36	73
Registo de propriedades	189	132	64	170	152	30	165
Obtenção de crédito	165	130	109	130	130	109	186
Proteção de investidores	115	80	138	138	52	52	157
Pagamento de impostos	55	155	80	153	129	81	156
Facilidade de comércio internacional	92	169	95	125	131	25	102
Execução de contratos	189	187	35	148	145	24	183
Resolução de insolvência	189	189	189	189	148	23	166

Fonte: Banco Mundial, 2014.

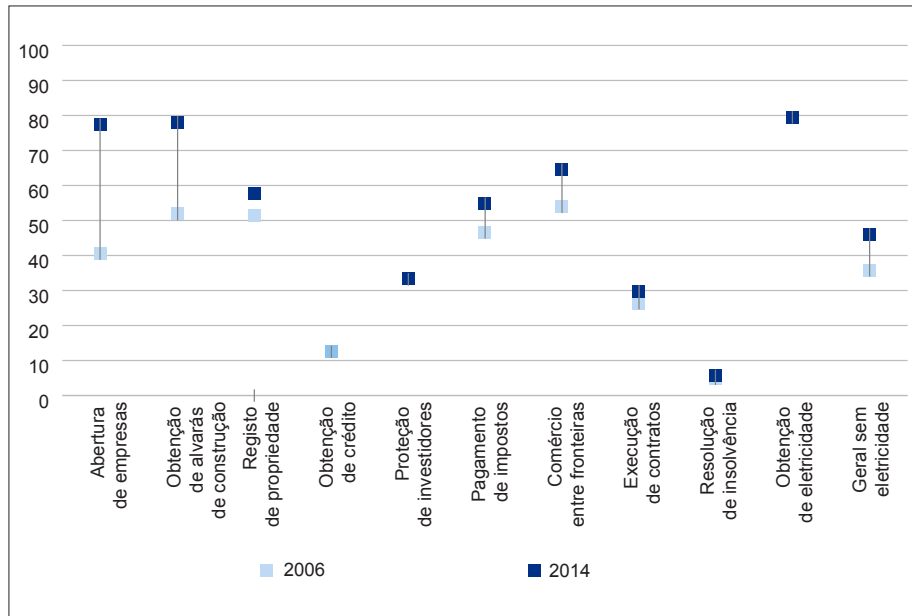
Para avaliar a evolução das alterações que cada país vai fazendo ao longo do tempo, o *Doing Business* introduz o parâmetro “distância até à fronteira” que mostra quão longe a economia está face ao melhor desempenho alcançado nesse indicador (*benchmark*). A comparação dos indicadores registados numa economia, em dois anos diferentes, permite avaliar a evolução em cada uma das 11 áreas do ciclo de vida de um negócio e verificar os desvios face às práticas mais eficientes analisadas pelo *Doing Business*. Este parâmetro varia entre 0 e 100, onde 100 representa o melhor desempenho (a fronteira).





O gráfico seguinte mostra a evolução de S. Tomé e Príncipe, entre 2006 e 2014, nos indicadores avaliados pelo *Doing Business*.

Evolução das áreas no ranking *Doing Business*



Fonte: Banco Mundial, 2014.

A representação gráfica mostra que entre 2006 e 2014 houve uma evolução bastante positiva em áreas que afetam o negócio no que respeita à abertura de empresas e à obtenção de alvarás de construção e de eletricidade.

No mesmo período a progressão não foi tão notória no registo de propriedade, no pagamento de impostos e no comércio internacional. Além disso, foi reduzida ou nula a evolução na obtenção de crédito, na proteção de investidores, na execução de contratos e na resolução de insolvência. As áreas com parâmetro próximo de 0 são a obtenção de crédito e a resolução de insolvência. Em termos genéricos, a facilidade em fazer negócios evoluiu de modo positivo entre 2006 e 2014.

No meio empresarial também se tem em conta o Índice de Competitividade Global, divulgado pelo Fórum Económico Mundial, mas neste São Tomé e Príncipe não é referido.

Por sua vez, o Índice de Perceção da Corrupção (IPC) classifica os países e territórios com base no nível de perceção de corrupção no setor público. O *ranking* indica a posição relativa de cada país no conjunto de 177 países e territórios incluídos no índice em 2013.

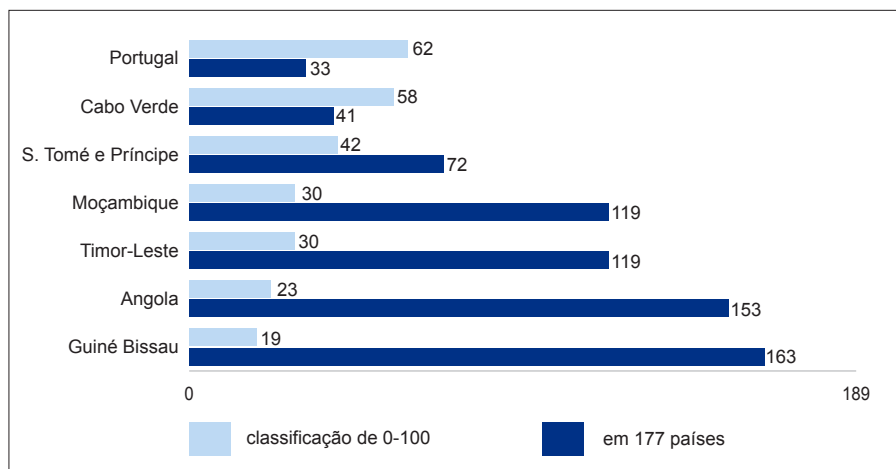
Além do *ranking* são publicadas pontuações numa escala de 0 a 100, em que 0 indica que um país é visto como altamente corrupto e 100 significa que é percebido como limpo. Os dados publicados mostram que nenhum país tem um resultado perfeito e, além disso, dois terços dos países analisados têm pontuação abaixo de 50, o que evidencia um problema grave de corrupção à escala mundial e a necessidade de um esforço urgente de combate às práticas ilícitas para um funcionamento mais transparente das instituições públicas.





Índice de Perceção da Corrupção

Classificação dos países e Posição no ranking mundial



Fonte: Transparency International, 2013.

O gráfico representa o grupo restrito de países lusófonos, sem o Brasil e evidencia a classificação de cada um a nível mundial. São Tomé e Príncipe evidencia uma classificação mais próxima de Cabo Verde e muito afastada da Guiné Bissau. A posição 72.^a de São Tomé e Príncipe no *ranking* mundial situa o arquipélago na primeira metade dos países considerados pelo IPC. Comparando com a classificação de 2011, o arquipélago registou uma melhoria face ao 100.^o lugar que ocupava então num total de 183 países. No grupo dos PALOP São Tomé e Príncipe manteve a 3.^a posição em 2011 e em 2013.

3.2 Condições legais para a internacionalização

O investimento direto estrangeiro tem um contributo fundamental para o crescimento da atividade económica na medida em que traz fluxos de capital, saber-fazer, tecnologia e facilita o acesso a mercados estrangeiros.

O quadro legal favorável ao investimento é condição essencial para promover o setor privado e melhorar o ambiente de negócios. Neste contexto, as autoridades santomenses adotaram um conjunto de diplomas legais e implementaram medidas que interessam ao investidor, com destaque para os seguintes:

- Adoção do novo Código de Investimentos;
- Abertura de um Guiché Único para a criação de empresas;
- Alteração do Código Comercial e
- Melhorias no Licenciamento para construção.

No setor financeiro foram implementadas medidas relativas à supervisão bancária e às práticas de contabilidade e reporte dos bancos, a par de regulamentação contra o branqueamento de capitais.

Código de Investimentos

O código de investimentos, consubstanciado na Lei n.º 7/2008, de 27 de agosto, tem por objetivo, entre outros, harmonizar as condições entre investidores nacionais e estrangeiros e reduzir o tempo necessário para aprovação de projetos.

O diploma considera investimentos elegíveis ao benefício de incentivos e garantias os que se destinem a instalação, reabilitação e expansão de atividades económicas que concorram para o desenvolvimento do arquipélago. Os projetos de investimento direto de valor igual ou superior a 250 mil euros podem





beneficiar de incentivos quando desenvolvidos em áreas que, pela sua natureza ou por determinação da lei, não estejam reservadas à exploração exclusiva pelo Estado ou pelo Banco Central.

O Estado assegura aos investidores as seguintes garantias:

- Direito à propriedade privada;
- Pagamento de uma indemnização prévia, justa, adequada e efetiva, quando proceda a expropriação de propriedade privada, em caso de utilidade pública e com estrito respeito pelas disposições legais aplicáveis;
- Aplicação das garantias e vantagens contempladas em acordos ou tratados internacionais de que a República Democrática de São Tomé e Príncipe seja parte signatária ou tenha aderido;
- Igualdade de tratamento, independentemente da nacionalidade, em todas as fases do processo de investimento;
- Direito de exportação dos produtos de liquidação dos investimentos realizados;
- Direito de transferência da totalidade do capital e dos seus rendimentos, depois de deduzidas as reservas legais e estatutárias e liquidados os impostos devidos.

Os projetos de investimento realizados ao abrigo do Código de Investimento beneficiam dos incentivos e benefícios que a seguir se indicam, acumuláveis com outros que venham a ser criados em legislação especial:

- Incentivos fiscais previstos na legislação fiscal;
- Facilidades administrativas na concessão de terreno para construção;
- Cedência de exploração de prédios rústicos ou urbanos que sejam propriedade do Estado e se mostrem adequados à realização do projeto, pelo período de duração deste.

Os investidores devem submeter um processo de candidatura, junto do Guiché Único ou numa Instituição vocacionada para o efeito, para efeitos de aprovação pelo Ministro responsável pelo Planeamento.

O processo de candidatura deve conter o formulário de modelo, o plano de investimento e o estudo de viabilidade económica do projeto. Em caso de suscetibilidade de produção de riscos ambientais, o projeto deve incluir o estudo de impacto ambiental.

Após a receção do processo, a entidade competente transmite a decisão ao investidor, por escrito, no prazo de 45 dias. Decorrido este prazo sem haver resposta escrita para o investidor, considera-se o projeto tacitamente autorizado pelas autoridades competentes e correm os prazos subsequentes para início do projeto. A implementação do projeto deve ter começo no prazo máximo de 90 dias a contar da data de autorização do projeto.

Os investimentos inferiores a 250 mil dólares não são elegíveis para incentivos e benefícios, mas são protegidos contra a expropriação.

Guiché Único

A modernização administrativa melhora a atratividade da economia para o investimento. O conceito de Guiché Único concentra, num só espaço, os atos prestados pelos serviços públicos competentes, necessários à constituição, alteração ou extinção de empresas e atos afins. Preferencialmente são utilizados meios eletrónicos de aceitação e transmissão de dados.

O Guiché Único de S. Tomé, previsto nos Decretos-Lei n.º 6/2010 e n.º 7/2010, de 8 de junho, é um serviço público especial, sob tutela do Ministério da Justiça, criado para tornar mais céleres os procedimentos de constituição de empresas, atrair investimento nacional e estrangeiro e melhorar o ambiente de negócios.





O conceito do Guiché Único vai ser replicado para os serviços ligados ao comércio externo. Em 2013, o Estado Santomense recebeu uma ajuda de 2,7 milhões de dólares da Sociedade Financeira Internacional (IFC), para apoiar a instalação do referido guiché do comércio externo e instalar um sistema de informatização dos dados aduaneiros.

Alteração do Código Comercial

O Código Comercial de 1888 foi revisto e as sociedades comerciais são agora reguladas pela Lei n.º 14/2009, de 31 de dezembro.

À luz do novo enquadramento legal, as sociedades comerciais podem assumir as espécies previstas no artigo 105.º de sociedades em nome coletivo, sociedades anónimas, sociedades em comandita e sociedades por quotas, sendo frequentemente adotada a sociedade unipessoal por quotas.

O capital social mínimo para a constituição de uma Sociedade anónima é de 350 milhões de dobras. O Artigo 105-B estabelece valores diferentes quando o objeto da Sociedade verse determinados ramos de atividade: hidrocarbonetos e seus derivados; sociedades financeiras, sociedades de concessão e exploração de jogos e empresas imobiliárias.

Melhorias no Licenciamento para construção

Um quadro legislativo de licenciamento da construção eficiente evita constrangimentos e permite ganhos, em termos de baixa dos custos e de redução do prazo necessário à emissão de alvarás de construção. Em São Tomé e Príncipe foi conseguida uma redução de prazo de 250 dias, em 2006, para 118 dias, em 2014.

O *ranking Doing Business* 2014 indica que, no pilar da facilidade em obter licenças de construção, o arquipélago ocupa a 103.ª posição em 189 países. Ou seja, São Tomé e Príncipe está numa posição mais favorável que as economias comparáveis da África Subsaariana que estão colocadas, em média, no 117.º lugar. Sobre este tema ver **3.1 Ambiente de Investimento**

Enquadramento legal do investimento

A revisão do código de investimentos e do código comercial, a par da criação do guiché único, ilustram a intenção das autoridades santomenses de impulsionar o setor privado e reforçar a simplificação dos procedimentos administrativos.

Zonas Francas e Centro de Negócios Offshore

As ilhas de S. Tomé e do Príncipe possuem condições geográficas e riqueza de flora e de fauna, relevantes para desenvolver os setores do turismo, prestação de serviços e comércio, para os quais é necessário atrair investimento.

Numa conjuntura de escassez de recursos, o investimento privado é uma alavanca essencial para promover a atividade económica. Uma das funções essenciais das entidades públicas é criar condições legais e institucionais para atrair o investimento privado. O estatuto de regime franco garante ao investidor uma melhoria da rentabilidade esperada dos seus investimentos. Na legislação santomense foram previstos três tipos de atividades francas e *offshore* para investimentos privados, com vantagens para os investidores estrangeiros.

- Zona Franca do aeroporto de S. Tomé;
- Zona Franca da Baía das Agulhas, na Região Autónoma do Príncipe;
- Centro de negócios *Offshore*.

As empresas que se enquadrem nas atividades francas podem beneficiar de reduções e isenções tributárias, nas condições previstas no Código de Atividades Francas e *Offshore*²⁸.

28 Consultar em: <http://www.azf.gov.st/plegislacao.html>





Agência de Promoção de Comércio e Investimento

Para melhorar o ambiente de negócios para os investidores as autoridades nacionais criaram a Agência de Promoção de Comércio e Investimento, em 2012, com o objetivo de agilizar o investimento direto estrangeiro.

3.3 Promoção do investimento

São Tomé e Príncipe é um país pobre e a atividade económica tem por base a agricultura, a pesca e o turismo, e a perspetiva de extração de petróleo.

O país tem um sistema multipartidário, sem conflitos de origem étnica, linguística, religiosa ou tribal e o nível de criminalidade é baixo. O povo é hospitaleiro, recebe bem os visitantes e o arquipélago é o destino turístico tropical mais próximo da Europa.

A valorização da agricultura é relevante para melhorar a segurança alimentar do país, substituir importações e dar ocupação à mão-de-obra abundante. A criação de emprego permite reduzir a pobreza e contribui para estabilizar as populações rurais.

O setor privado local é pouco numeroso. Os negócios instalados são de pequena escala, em atividades ligadas ao quotidiano das populações: produção de cerveja, sabão, óleo, reparação de viaturas, exploração e depósito de madeira e comércio.

A construção civil tem crescido, associada ao setor do turismo, e há expectativa de novos projetos de recuperação, manutenção e construção de infra-estruturas: estradas, portos, aeroportos, projetos de agroturismo, turismo e habitação.

A principal organização do setor privado é a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços, constituída pela maioria das novas empresas privadas do país. Não há grandes multinacionais e são poucos os investidores estrangeiros.

As ilhas têm microclimas, solos férteis e água abundante, próprios para culturas de exportação (cacau, café, especiarias, frutos tropicais, flores) ou para produtos destinados ao mercado interno. O arquipélago tem recursos piscatórios abundantes, de grande valor comercial e as autoridades nacionais têm vendido licenças de pesca industrial.

CNN escolhe São Tomé e Príncipe para as dez “férias de sonho” em 2014

“Uma vez na ilha, não há muito para fazer. Mas essa é a ideia”, justifica a CNN

São Tomé e Príncipe está entre os dez destinos eleitos pela equipa responsável pela editoria de viagens da cadeia televisiva CNN para umas “férias de sonho” em 2014.

Entre parques do Quénia e do Alasca, jardins do Japão e árvores de Madagáscar, a aurora boreal da Finlândia, uma ilha situada na barreira de coral australiana, um mosteiro italiano convertido em hotel e desportos radicais na neve (Suíça) ou no mar (Papua Ocidental), a “dupla ilha” de São Tomé e Príncipe é “um bom candidato ao cliché da ilha exótica e paradisíaca”, considera a equipa do canal de notícias por cabo dos Estados Unidos.

“Uma vez na ilha, não há muito para fazer. Mas essa é a ideia”, justifica a CNN, recordando que o lema são-tomense é “leve-leve”, que é como quem diz “vai com calma”.

Observar aves em florestas densas, ficar alojado em plantações coloniais e “beber café realmente bom” são os atrativos destacados, sem esquecer os clubes noturnos onde se dança de forma “inigualável”.²⁹

²⁹ <http://www.ionline.pt/artigos/mundo/cnn-escolhe-sao-tome-principe-dez-ferias-sonho-2014>





O turismo é uma das grandes potencialidades do arquipélago que permanece, em boa parte, um paraíso insular inexplorado, por isso, é tratado em separado. Sobre os outros setores de atividade consultar **4.4 Oportunidades de desenvolvimento de negócio.**

Ecoturismo

São Tomé e Príncipe é um viveiro de trilhos e rotas, ideais para a prática de *trekking*. A “volta à ilha” que liga Porto Alegre, junto ao extremo sul da ilha, à povoação de Santa Catarina, na costa ocidental, é uma travessia sem rede viária ou povoações, com a floresta até ao mar, e múltiplos ribeiros, rios, pântanos e mangais.

O ecoturismo é também direcionado para as zonas protegidas — Parque Ôbo das duas ilhas e zonas vizinhas do Cão Grande e Cão Pequeno em S. Tomé.

Na floresta de nevoeiro (Ôbo), acima de 1.400 metros de altitude, chove muito e forma-se um nevoeiro intenso. O Parque Natural de Ôbo, com 235 km², equivale a 30% da superfície da ilha de S. Tomé, e o Parque Natural do Príncipe, com 65 km², ocupa quase metade da ilha. Juntando os dois parques, a Reserva Natural das Ilhas Tinhosas e do Ilhéu das Rolas, o total da área protegida ronda um terço da superfície do arquipélago.

A vegetação dos parques naturais é constituída por árvores de baixo porte — pinheiro-de-são-tomé, begónias, lobélia gigante, fetos, orquídeas, musgos e líquenes. Entre as árvores mais baixas encontram-se a cata-Ôbo, o cacau d’ôbo, o quebra-machado, a teia-teia, a cola-macaco, o pau formiga ou o pau-três. A exploração da floresta é feita por trilhos, com o apoio de guias experientes.

O Jardim Botânico do Bom Sucesso é a principal porta de entrada do Parque Natural de Ôbo na ilha de S. Tomé. Tem um herbário com mais de mil amostras de plantas, com relevo para as espécies endémicas das ilhas.

A ilha do Príncipe tem boa parte do território ocupado por floresta virgem, pontuada por roças históricas em ruínas. As praias são isoladas, numa costa vulcânica intocada, com um ecossistema tropical.

O Bom Bom é um pequeno ilhéu junto da costa norte da Ilha do Príncipe, com um *resort* no meio da floresta tropical exuberante, entre colinas, e estende-se ao longo de duas praias paradisíacas. Oferece passeios pedestres guiados pela floresta, excursões ornitológicas, expedições de canoa com pescadores locais, identificação de peixes de grandes profundidades, safaris todo-o-terreno e passeios pela Ilha, que incluem a visita à velha cidade portuguesa de Santo António.

Em 12 de julho de 2012 a Unesco declarou a ilha do Príncipe como Reserva da Biosfera Mundial. A lista destas Reservas engloba as áreas do planeta que procuram equilibrar a promoção do desenvolvimento económico com a conservação da diversidade biológica.

As ilhas, por serem isoladas do mundo, permitiram à evolução seguir caminhos independentes e gerar espécies endémicas, que não se encontram em mais nenhum lugar do planeta. A flora do arquipélago é formada por 224 espécies, sendo 85 endémicas e as restantes naturalizadas.

Há 143 espécies de aves (26 endémicas), 16 espécies de répteis (7 endémicas) e 9 espécies de anfíbios, todas estas endémicas. No oceano podem ver-se as baleias, na sua rota de migração e na época de nidificação das tartarugas é possível observá-las nas praias isoladas.



Nascimento das Tartarugas

As aves têm um significado especial para os santomenses. No escudo de armas, o falcão representa São Tomé e o papagaio cinzento, o Príncipe.

Os habitantes reconhecem no falcão a qualidade de ave que sobrevoa a Baía Ana Chaves, na capital, e caça em voo picado sobre a presa. O papagaio cinzento do Príncipe tem cor vermelha na cauda, é capaz de recitar orações ou cantares e outrora foi muito abundante. Atualmente é protegido pela Convenção de Cites, ratificada em 2001. A galinhola ou pato d’Ôbo é endémica da ilha de S. Tomé, tida como um dos ícones do arquipélago e considerada a íbis mais pequena do mundo. As notas de dobras em circulação contêm imagens de pássaros: papa figo ou João-bôbo (cinco mil dobras),





ossobó ou chama-chuva (dez mil dobras), camussela (vinte mil dobras) e conóbia ou pica-peixe (cinquenta mil dobras). E há muitas outras espécies de aves endémicas: olho-branco-do-príncipe, olho-branco-de-são-tomé, canário-de-são-tomé, pombo de mato e beija-flor-gigante-de-são-tomé, entre muitas outras da floresta tropical.

Os rochedos das Pedras Tinhosas localizam-se 22 km a sul da ilha do Príncipe e são considerados santuário ornitológico por abrigarem uma comunidade de aves marinhas que ali nidificam: alcatraz, gaivina fosca, gaivotas Anous, rabo-de-junco e outros que habitam o ilhéu.

As tartarugas marinhas também fazem parte do imaginário das ilhas. No folclore local representam a astúcia de dominar o opositor: a tartaruga mão branca, a tartaruga ambulância, tartaruga cabeça grande, tartaruga sada ou de caco e tartaruga bastarda ou tatô.

As baleias de bossa ou corcundas, as baleias piloto, os cachalotes e as orcas podem ser avistadas, durante a época do acasalamento e dos nascimentos, entre os ilhéus de Sete Pedras e o Ilhéu das Rolas. Há espécies que passam o ano em águas equatoriais, como é o caso do golfinho malhado e do golfinho roaz.

A fauna marítima do arquipélago é muito rica em peixes e corais, que atraem biólogos, adeptos do mergulho e da pesca: os tunídeos, as raias, os tubarões, o peixe-voador, a garoupa, a barracuda, a santola, a lagosta, as ameijoas, os canivetes, entre muitos, muitos outros.

Há um nicho de mercado a explorar associado à observação de pássaros, de baleias (julho e setembro), de tartarugas (dezembro a março) e de outras espécies.

Turismo balnear e de cidade

As ilhas de São Tomé e do Príncipe foram achadas pelos navegadores portugueses, nos anos de 1470 e 1471, tendo sido denominadas com os nomes do santo do dia do achamento: apóstolo São Tomé (21 de dezembro no antigo calendário litúrgico) e Santo Antão (Príncipe) em 17 de janeiro. O Padrão de Anobóm, a norte de S. Tomé, assinala o local de desembarque e do início do povoamento.

São Tomé conta-se entre as mais pequenas capitais a nível mundial e nela residem 56 mil habitantes, cerca de um terço da população do país. A cidade conserva muito da arquitetura colonial, com edificações muito antigas, algumas do século XVI, como é o caso da Fortaleza de São Sebastião e o Forte de São Gerónimo. É uma cidade verde, com árvores de sombra, muito agradável, sobretudo na zona costeira, junto à baía de Ana Chaves, onde se avistam os ilhéus das Cabras.

A oferta de alojamentos na cidade de S. Tomé apresenta alguns hotéis de qualidade, residenciais e pensões. Nos distritos há oferta de alojamento em roças recuperadas, como é o caso da Roça São João (distrito de Caué), Roça Bombaim, Roça Chamiço (distrito de Mé-Zóchi) e Roça Monte Forte (distrito de Lembá).

A ilha do Príncipe dispõe de um *resort* de luxo no ilhéu Bom Bom e de algumas pensões.

O percurso pelas grandes propriedades agrícolas (roças) proporciona a experiência de acompanhar a produção do cacau (ou do café), da sementeira à secagem, numa atividade que fez de São Tomé e Príncipe o principal produtor mundial, em 1913. No período mais próspero estima-se que tenham existido cerca de 800 roças no arquipélago. São um património arquitetónico de relevo, muitas em mau



Pesca



Padrão de Anobóm



Fortaleza de São Sebastião





estado de conservação e algumas recuperadas para o turismo — Diogo Vaz, Agostinho Neto, Monte Café, Agua Izé, Monte Forte, Roça Bombaím e outras.

No estuário do rio Malanza ao sul da ilha de S. Tomé, encontra-se a maior reserva de mangues do arquipélago. Verdadeiro santuário ecológico, rico em fauna que habita estes tipos de ecossistemas — galinha-de-água, pato marinho, garça-real, maçarico-das-rochas e macacos entre a vegetação. Há passeios organizados em canoas a partir da costa para o interior.

A linha imaginária do Equador que separa os hemisférios atravessa o ilhéu das Rolas, no sul da ilha de S. Tomé, e atrai muitos visitantes pela oportunidade singular de se colocar, de uma só vez, entre os dois hemisférios do Globo. Para o alojamento há um *resort* de luxo.

Face aos 250 km de costa do arquipélago, numa localização tropical, é impensável citar as inúmeras praias do país. Citam-se algumas, a título de exemplo: Cabana, Inhame, Piscina e Jalé, no sul da ilha de S. Tomé, estão entre as mais conhecidas e são das mais belas do mundo. Há numerosas enseadas, banhadas por águas quentes (28°C), que oscilam entre azuis, verdes ou tons turquesa, visíveis nos bilhetes-postais.



Roça de São Tomé



Ilhéu das Rolas



Praia das 7 Ondas



Praia Café

O ilhéu das Rolas, com 3 km² de área, é um paraíso com praias de areia muito branca e grossa e águas cristalinas. É considerado um santuário natural, há muito estudado por naturalistas, e herdou o nome das aves que proliferam neste espaço. O ilhéu está sobre a Linha do Equador e o Marco do Equador é um passeio obrigatório para os visitantes. O ilhéu tem um empreendimento de luxo, com cerca de 70 *bungalows*, com varandas viradas para o mar e belos jardins.

O turismo balnear pode ser desenvolvido nas zonas costeiras de maior potencialidade:

- a norte da ilha de São Tomé, da Praia das Conchas até à Praia Cruz, e, a sul desta ilha, da Ponta Mussacavú até à Ponta da Baleia;
- A norte da ilha do Príncipe, de Ponta Marmita até à Ponta dos Mosteiros.



Marco do Equador

A par dos recursos variados e belos disponíveis para o turismo há múltiplos constrangimentos que dificultam o afluxo de turistas ao arquipélago.

O arquipélago tem pouca promoção no mercado internacional. A insularidade e a dimensão limitada do mercado dificultam a diminuição dos custos do lado da oferta. A herança arquitetónica histórico-cultural é rica mas está em mau-estado, quer as edificações das cidades, quer as casas senhoriais das roças, muitas delas habitadas em condições deficientes de habitabilidade.





Os custos de transporte são elevados e há limitações associadas à falta de acessos por transporte aéreo e marítimo a nível local, regional e internacional, com a Europa e outros continentes.

As infra-estruturas turísticas são escassas e os serviços de apoio são caros no que respeita o aluguer de transportes ou a oferta de centros de lazer.

Os serviços de saúde, as atividades de entretenimento, as atrações turísticas e de diversão noturna não têm a qualidade exigida face aos preços praticados. Falta saneamento em algumas zonas relevantes.

A ligação entre o continente e o arquipélago é relevante para o turismo e há projetos para desenvolver os transportes marítimos. Estão previstas obras de beneficiação, equipamento e melhoria da segurança de navegação no Porto de Ana Chaves e a construção e reabilitação de alguns cais na ilha de São Tomé, para retomar a cabotagem costeira para transporte de pessoas e mercadorias, e evitar os danos causados nas estradas por veículos de toneladas elevadas.

Foi proposta a construção de um novo porto em Ponta Mina, na ilha do Príncipe.





4. RELAÇÕES BILATERAIS COM PORTUGAL

As relações comerciais entre Portugal e São Tomé e Príncipe assumem algum significado na vertente das exportações portuguesas para o país. Entre 2009 e 2013, o mercado santomense teve uma posição estável no *ranking* dos países de destino, em torno do 54.º lugar. Enquanto fornecedor de Portugal, o arquipélago não teve relevância e ocupa, em média, o 147.º lugar entre os parceiros que vendem bens e serviços ao país luso.

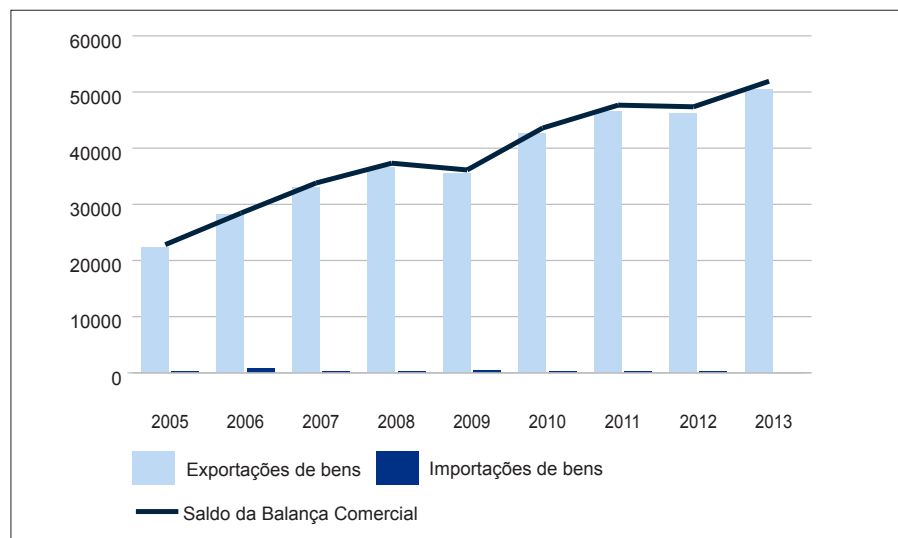
4.1 Relações comerciais e de investimento

O relacionamento comercial bilateral de bens tem sido historicamente favorável a Portugal traduzido numa taxa média de crescimento anual das exportações e das importações portuguesas de 11,3% e 19,3% respetivamente, entre 2005 e 2013. A balança comercial é muito desequilibrada estruturalmente e os saldos positivos favoráveis a Portugal aproximam-se do valor das exportações para o arquipélago.

Entre 2005 e 2013, as exportações portuguesas para São Tomé e Príncipe cresceram, com exceção dos anos de 2009 e de 2012 que registaram descidas ligeiras inferiores a 3%. No ano transato (abril de 2014), as exportações já atingiram o valor máximo de 50,5 milhões de euros, equivalentes a um acréscimo de 9,1% face a 2012. Nos mesmos meses do ano corrente, as importações provenientes de São Tomé foram de 45 mil euros, o valor mais baixo face ao período considerado.

Comércio Bilateral de Bens

(€ milhares; %)



Fonte: INE, abril de 2014.

Em 2008 existiam 1.303 empresas residentes a exportar para o arquipélago e este número baixou para 994 empresas, em 2009. Desde então tem havido uma recuperação continuada e, em 2012, eram já 1.160 as entidades que vendiam bens e serviços para o arquipélago.

Desde 2010, Portugal assume a posição de parceiro comercial principal de São Tomé e Príncipe, a nível das importações do arquipélago. Entre 2008 e 2012, as exportações portuguesas representaram, em média, 58% das aquisições mundiais santomenses. Em 2012, a posição de Portugal (52%), equivale ao dobro das importações efetuadas a Angola (22,5%) e muito distante da terceira posição (3,4%) ocupada pela Bélgica.



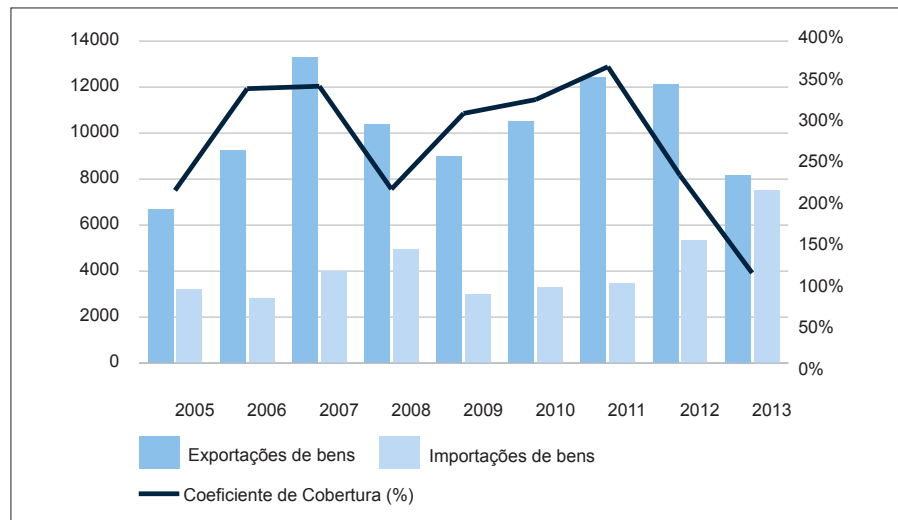


As trocas comerciais de serviços entre Portugal e São Tomé e Príncipe são pouco expressivas e o arquipélago ocupa, entre 2009 e 2013 e em média, o 45.º lugar como destino das exportações portuguesas e o 50.º lugar no *ranking* dos países fornecedores de serviços a Portugal.

À semelhança do que se verifica no comércio bilateral de bens, o saldo das transações bilaterais de serviços é tradicionalmente favorável a Portugal, embora com evolução instável. Entre 2005 e 2013, foi registado um valor mínimo de 3,5 milhões de euros, em 2006, e um valor máximo da ordem dos 9 milhões de euros em 2011, como se verifica no gráfico seguinte.

Comércio Bilateral de Serviços

(€ milhares; %)



Fonte: Banco de Portugal, abril de 2014.

Em 2013, as exportações portuguesas de serviços registaram o valor mais baixo no período em análise, de 8.177 mil euros, e as importações de serviços ascenderam 7.525 mil euros, o montante mais elevado do período. Para este resultado contribuiu a diminuição das exportações, em 32,5% face ao ano anterior, acompanhada pelo aumento de 40,6% das importações.

Segundo elementos disponíveis relativos à estrutura do comércio de serviços de Portugal com São Tomé e Príncipe, provenientes do Banco de Portugal, a componente das viagens e turismo representa 23,9% do total, em 2013, e verificou-se uma tendência decrescente contínua desde 2007, ano em que tinha atingido 51%, o peso mais elevado das exportações totais de serviços de Portugal para o arquipélago.

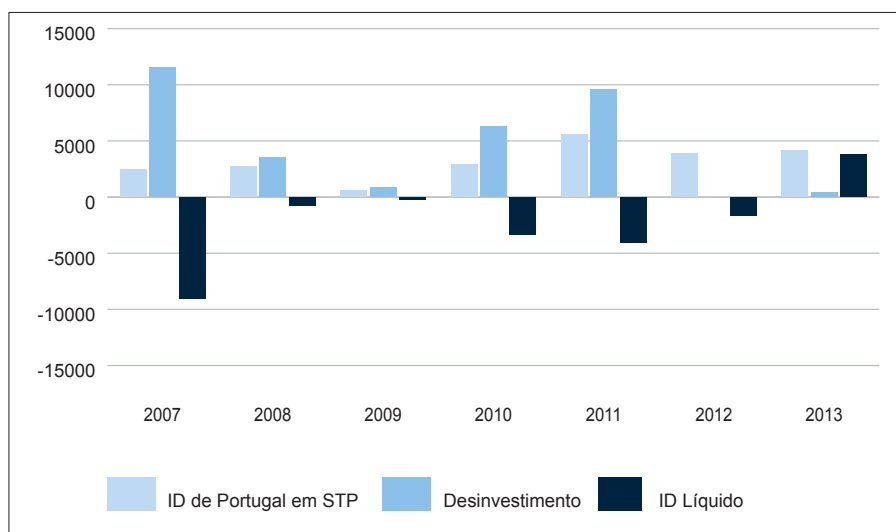
Enquanto destino do investimento direto português no estrangeiro, São Tomé e Príncipe ocupa a 30.ª posição, em 2013, tendo-se verificado uma melhoria contínua desde 2009, de acordo com os dados do Banco de Portugal.





Investimento Direto de Portugal em São Tomé e Príncipe

(milhares de euros)



Fonte: Banco de Portugal, março de 2014.

Principais exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Em 2007 e 2013, o investimento direto português no mercado santomense atingiu um valor médio anual de 3,2 milhões (montante bruto), acompanhado por valores semelhantes de desinvestimento, e somente em 2013 se constata um investimento líquido positivo de 3,7 milhões de euros. Os setores de maior investimento são a construção e as atividades financeiras.

Entre 2007 e 2011 o investimento de São Tomé e Príncipe em Portugal não ultrapassou 66 mil euros, emitidos em 2009, pelo que não tem expressão no *stock* do investimento estrangeiro do nosso país.

Pretende-se agora identificar a importância de Portugal nos grupos de produtos com maior peso nas exportações para São Tomé e Príncipe e aqueles que apresentam maior potencialidade de crescimento no mercado santomense. Por indisponibilidade de valores relativos a 2013, a análise cruzada foi realizada com dados de 2012.

Na tabela seguinte estão mencionados 12 grupos de bens (NC2 – nomenclatura combinada a 2 dígitos) representativos de 62,5% do valor total das exportações portuguesas para São Tomé e Príncipe, em 2012. Os 6 primeiros grupos contribuem com cerca de 43% do montante de bens exportados – Bebidas alcoólicas, Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, Veículos automóveis, Produtos da indústria de moagem e Obras de ferro ou aço.

Com exceção de um grupo de bens (classe 27), onde Portugal possui uma quota de mercado pouco expressiva de 4,3%, de um modo geral, os produtos portugueses evidenciam uma presença significativa no mercado santomense com quotas de mercado a oscilar entre 26% e 85,4%, acompanhada de taxas de crescimento médio anual bastante expressivas nas vendas portuguesas.

No caso dos bens pertencentes ao grupo 85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, a evolução média anual no período entre 2009 e 2012 é desfavorável devido à quebra de 27% em 2012, mas já se verificou uma recuperação na ordem dos 18%, para 3,6 milhões de euros, em 2013.





Principais exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Produtos (N.C.2)	Exportações de Portugal		% Total 2012 (*)	TCMA 2009-12	Importações de São Tomé e Príncipe do Mundo		Quota de mercado de Portugal (%)
	Mundo	São Tomé e Príncipe			2012 (EUR milhares)		
	2012 (EUR milhares)						
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1 111 407	6 073	13,1%	21,9%	8 064	75,3%	
84 Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	2 927 955	3 884	8,4%	0,9%	6 067	64,0%	
85 Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, de gravação ou de reprodução de som e imagens	3 934 164	2 842	6,1%	-19,1%	5 876	48,4%	
87 Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	5 035 405	2 563	5,5%	8,8%	9 852	26,0%	
11 Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	32 863	2 295	5,0%	12,0%	4 138	55,4%	
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1 313 853	2 159	4,7%	7,2%	2 742	78,8%	
34 Sabões, lubrificantes, ceras, velas e pastas para modelar	161 567	1 741	3,8%	15,6%	2 212	78,7%	
15 Gorduras e óleos animais ou vegetais; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	447 698	1 729	3,7%	68,1%	3 609	47,9%	
39 Plástico e suas obras	2 068 715	1 660	3,6%	13,3%	2 132	77,9%	
94 Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas; aparelhos de iluminação; anúncios ou cartazes luminosos	1 277 205	1 539	3,3%	25,0%	1 802	85,4%	
4 Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal,	333 676	1 243	2,7%	37,2%	2 162	57,5%	
27 Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	3 866 960	1 219	2,6%	53,7%	28 437	4,3%	

(*) No total das exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Fonte: ITC, abril de 2014.

Numa análise mais detalhada, (NC4 - nomenclatura combinada a 4 dígitos), constata-se que as principais exportações portuguesas para São Tomé e Príncipe abrangem uma grande diversidade de setores económicos e evidenciam bons níveis de crescimento num país onde já possuem quotas de mercado muito expressivas.





Principais exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Produtos (N.C.2)	Exportações de Portugal		% Total 2012 (*)	TCMA 2009-12	Importações de São Tomé e Príncipe do Mundo		Quota de mercado de Portugal (%)
	Mundo	São Tomé e Príncipe			2012 (EUR milhares)		
	2012 (EUR milhares)						
2204 Vinhos de uvas frescas	707 484	3 206	6,9%	27,2%	4 073	78,7%	
1101 Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	13 060	1 631	3,5%	18,6%	3 249	50,2%	
2202 Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas	100 600	1 537	3,3%	6,9%	1 828	84,1%	
3401 Sabões; produtos orgânicos para lavagem da pele, sob a forma de líquido ou de creme, para venda a retalho	35 495	1 466	3,2%	19,2%	1 935	75,8%	
1507 Óleo de soja e suas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	65 993	1 432	3,1%	129,1%	3 012	47,5%	
8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias, incluídos chassis com motor e cabine	741 585	876	1,9%	31,7%	1 305	67,2%	
1701 Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	122 770	816	1,8%	313,5%	1 152	70,8%	
2203 Cervejas de malte	234 588	765	1,7%	60,9%	1 270	60,3%	
713 Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos	16 092	761	1,6%	19,3%	921	82,7%	
1902 Massas alimentícias, mesmo cozidas ou recheadas de carne (esparguete, macarrão, lasanha, canelone e cuscuz)	17 982	730	1,6%	28,3%	912	80,1%	
1006 Arroz	11 388	649	1,4%	801,4%	4 060	16,0%	
207 Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das espécies domésticas	25 807	590	1,3%	53,9%	1 823	32,4%	

(*) No total das exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Fonte: ITC, abril de 2014.

Entre as maiores exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe podem identificar-se seis casos com quotas de mercado acima de 70% – Vinhos de uvas frescas (78,7%), Águas, incluídas as minerais, gaseificadas e aromatizadas (84,1%), Sabões e produtos orgânicos para lavagem da pele (75,8%), Açúcares de cana ou de beterraba (70,8%), Legumes de vagem, secos, em grão (82,7%) e Massas alimentícias (80,1%).

Excetuando o peso das vendas portuguesas de arroz, que representam cerca de 16% das aquisições santomenses, as relações comerciais bilaterais demonstram bons níveis de presença portuguesa no grupo de bens com posições cimeiras na estrutura das exportações portuguesas. A maior parte das transações refere-se a bens de consumo.

No quadro seguinte identificam-se os tipos de bens que oferecem maiores oportunidades de aumento das vendas para o mercado santomense. A metodologia aplicada teve em consideração os bens importados por São Tomé e Príncipe a par dos critérios seguintes:

- valor de importação superior ao montante exportado por Portugal no mesmo bem com definição de um limite mínimo de 500 mil euros;
- crescimento contínuo da procura nos três últimos anos.





Produtos com maiores oportunidades de exportação

Produtos (N.C.4)	Exportações de Portugal		% Total 2012	Importações de São Tomé e Príncipe do Mundo (b)	TCMA 2009-12	Quota de mercado de Portugal (%)	Oportunidade de mercado (b) - (a)
	Mundo	São Tomé e Príncipe (a)					
	2012 (EUR milhares)						
2710 Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (excepto óleos brutos)	3 507 349	525	1,1%	27 344	40,1%	26 819	9 499
8703 Automóveis de passageiros e out. veículos automóveis para transporte de pessoas, incluídos station wagons	2 062 358	653	1,4%	5 054	11,1%	4 401	8 917
1006 Arroz	11 388	649	1,4%	4 060	9,0%	3 410	7 982
2523 Cimentos hidráulicos, incluídos cimentos não pulverizados, denominados clinkers, mesmo corados	139 963	978	2,1%	2 602	9,4%	1 624	5 946
1101 Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	13 060	1 631	3,5%	3 249	16,4%	1 618	4 997
1507 Óleo de soja e suas fracções, mesmo refinados, mas não químicamente modificados	65 993	1 432	3,1%	3 012	6,1%	1 580	4 533
207 Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das espécies domésticas	25 807	590	1,3%	1 823	23,9%	1 233	4 115
2204 Vinhos de uvas frescas	707 484	3 206	6,9%	4 073	19,2%	867	2 070
2715 Mástiques betuminosos e outras misturas à base de asfalto, betume natural, de petróleo ou alcatrão mineral	8 529	103	0,2%	764	607,4%	661	1 914
1905 Produtos de padaria, pastelaria, da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau	169 440	157	0,3%	673	17,8%	516	1 407
3401 Sabões; produtos orgânicos para lavagem da pele, sob a forma de líquido ou de creme, para venda a retalho	35 495	1 466	3,2%	1 935	17,6%	469	1 379
2203 Cervejas de malte	234 588	765	1,7%	1 270	56,7%	505	951

(*) No total das exportações de Portugal para São Tomé e Príncipe

Fonte: ITC, abril de 2014.

Na generalidade dos bens mais importados por São Tomé e Príncipe e com taxas de crescimento médio anual expressivas, Portugal possui quotas de mercado superiores a 20%.

No caso do produto mais importado pelo mercado santomense – combustíveis, sobretudo, óleos de petróleo (classe 2710) – que em 2012 e 2013 representam cerca de 26% das importações totais, Portugal apresenta uma quota bastante diminuta de 1,9%. Angola é o maior fornecedor de combustíveis ao arquipélago santomense e Portugal assume a terceira posição.

É previsível que possa acentuar-se o peso dos parceiros comerciais que usam o euro, beneficiando do regime de taxa fixa euro/dobra, incluindo dos países africanos da antiga zona do franco que têm também câmbios fixos face ao euro.





4.2 Acordos bilaterais e de cooperação

No âmbito do relacionamento bilateral entre Portugal e São Tomé e Príncipe foram assinados a Convenção, o Protocolo e os Acordos a seguir referenciados:

- Convenção sobre Segurança Social
 - Aviso n.º 451/2005, DR n.º 241, de 19 de dezembro
 - Decreto n.º 24/2005, DR n.º 213, Série I-A, de 7 de novembro
 - Entrada em vigor: 29.09.2005
- Protocolo de Cooperação nos Domínios do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social e da Inserção Social³⁰
 - Decreto n.º 9/2000, DR n.º 113, Série I-B, de 16 de maio
- Acordo de Cooperação Económica
 - Decreto n.º 7/2010, DR n.º 79, de 23 de abril
- Acordo sobre a Promoção e a Proteção Mútua de Investimentos
 - Decreto n.º 36/97, DR n.º 164, Série I-A, de 18 de julho
- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
 - Decreto n.º 31/92, DR n.º 153, Série I-A, de 6 de julho
- Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria
 - Decreto n.º 30/92, DR n.º 151, Série I-A, de 3 de julho

A Convenção sobre Segurança Social define os princípios gerais que contribuem para a garantia dos direitos no âmbito da segurança social e consagra, entre outros, o princípio da igualdade de tratamento dos nacionais dos Estados Contratantes no que respeita às respectivas legislações.

As relações de garantia contempladas desenvolvem-se na consciência da importância em reforçar as relações de amizade e cooperação existentes e à luz dos objetivos de desenvolvimento económico, social e cultural e do estreitamento das relações entre os dois países e da consolidação da sua participação na CPLP.

4.3 Presença portuguesa no setor financeiro de São Tomé e Príncipe

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) começou a atividade bancária em São Tomé e Príncipe, em 1868, com funções de banco emissor e de banqueiro do arquipélago.



Sede do BNU – 1868



Agência do Príncipe – 1919

Desde a sua instalação no território, o BNU apoiou o desenvolvimento da agricultura, nomeadamente na área frutícola e cafeeira. Em 1975, um ano após a independência, o banco foi nacionalizado e passou a denominar-se Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe (BNSTP), acumulando as funções de Banco

³⁰ Não foi publicado Aviso de entrada em vigor assim como nos Acordos acima referidos.





Central e de Banco Comercial e de Desenvolvimento. Em 1992 as funções do BNSTP foram separadas, e foi criado o Banco Central de S. Tomé e Príncipe e o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (BISTP), sendo este o primeiro banco comercial privado a operar em S. Tomé e Príncipe. Na sua génese o BISTP teve como acionistas o Estado Santomense e duas entidades bancárias portuguesas — o Banco Totta & Açores e o Banco Nacional Ultramarino. Atualmente o BISTP tem como acionistas o Estado Santomense (48%), a Caixa Geral de Depósitos (27%) e o Banco Africano de Investimento com 25%.



Sede do BISTP

A revisão da Lei Bancária, em 2003, veio promover a liberalização do setor financeiro e atualmente existem 8 bancos a operar no país. Apesar do aumento da concorrência, o BISTP tem mantido a liderança no mercado, com uma quota que ronda 66% dos depósitos e 50% do crédito concedido. A base de clientes representa de cerca de metade da população ativa do país. A rede do banco conta com 11 agências, 10 localizadas na ilha de São Tomé e uma na ilha do Príncipe.

O BISTP foi pioneiro na abertura de uma agência no Campus do Instituto Superior Politécnico e, em novembro de 2013, inaugurou a agência mais recente no Hospital Dr. Ayres de Menezes, a primeira presença numa unidade hospitalar.

O BISTP também é um líder de mercado em *point-of-sales* (POS) e nas *ATM's* a funcionar no país, sendo o único banco que aceita cartões de crédito através de uma parceria de mais dez anos com a UNICRE.

Mediateca em São Tomé e Príncipe

A Mediateca de São Tomé foi criada em 2004, na sequência de um protocolo entre a CGD e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), celebrado no âmbito da cooperação portuguesa com os países lusófonos.



Mediateca da CGD em S. Tomé



A CGD, em parceria com o IPAD, coloca à disposição do público um espaço multimédia, com acesso à internet, e envia, para o arquipélago, livros e informação em formato digital.





As estatísticas sobre o número de utilizadores mostram o sucesso da Mediateca enquanto veículo de acesso à informação e ao conhecimento.

4.4 Oportunidades de desenvolvimento de negócio

O setor privado santomense é de pequena dimensão e está ainda numa fase embrionária. As autoridades nacionais têm vindo a implementar um conjunto de medidas legislativas para dinamizar a abertura da economia à iniciativa privada e promover o investimento.

Na ótica de investimento direto, o arquipélago tem atrativos limitados e as áreas de maior interesse estão ligadas à exploração dos recursos naturais.

A agricultura é uma atividade essencial para melhorar a segurança alimentar do país, substituir importações, criar emprego, reduzir a pobreza e estabilizar as populações rurais. As ilhas têm microclimas, solos férteis e ricos em matéria orgânica, com água abundante e boa drenagem. Os terrenos agrícolas disponíveis e os baldios podem ser utilizados para culturas de exportação – cacau, café, especiarias, frutos tropicais, flores – ou para produtos destinados ao mercado interno. Há também oportunidades na avicultura e pecuária.

O arquipélago possui recursos piscatórios abundantes, de grande valor comercial – ostras, camarão, lagosta, caranguejo, atum corvina, garoupa, pargo, cherne, badejo, cachucho e outras espécies. As autoridades vendem licenças de pesca em alto mar para barcos de pesca industrial.

As oportunidades de investimento têm subjacentes constrangimentos e pontos fortes, referidos na matriz (análise SWOT)³¹. A rede de estradas é insuficiente e tem pouca qualidade, com impacto negativo no custo dos materiais e no desenvolvimento de negócios.

Para melhorar o estado de desenvolvimento e o bem-estar social da população, o país procura ultrapassar as insuficiências de infraestruturas básicas e de qualificação do capital humano.

Na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, o Governo indica um conjunto de infraestruturas que é necessário criar e qualificar. A modernização dos sistemas portuários e aeroportuários tem grande importância, de modo a aumentar a capacidade de transporte passageiros e de carga, e tornar mais céleres as operações nos portos.

Existem oportunidades de investimento associadas ao abastecimento de água potável e saneamento básico.

O abastecimento de eletricidade ainda não consegue satisfazer as necessidades das populações e das empresas. Os objetivos para o setor energético passam pelo investimento em projetos de geração de energia eléctrica com recurso a energias renováveis – solar, hídrica e eólica.

³¹ Fonte: Universidade de Columbia, Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe, agosto 2008; Banco Africano de Desenvolvimento, *Democratic Republic of São Tome and Príncipe, Country Strategy Paper 2012-2016*, junho 2012.





Matriz (análise SWOT)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none">• Sistema multipartidário dinâmico• Localização estratégica ao largo da costa ocidental africana, na zona de petróleo do Golfo da Guiné• Ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguísticas	<ul style="list-style-type: none">• Custos de insularidade (acessos de transporte limitados e distância do continente africano)• Infra-estruturas insuficientes e débeis (estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, telecomunicações)• Dependência das importações para a segurança alimentar• Planeamento estratégico insuficiente• Setor privado embrionário• Elevada incidência de pobreza e constrangimentos sociais• Escassez de mão-de-obra qualificada
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Agricultura (cacau, flores, frutos e legumes) e agropecuária para exportação• Aventura e ecoturismo• Pescas• Ponto regional de transbordo• Exploração petrolífera e serviços associados	<ul style="list-style-type: none">• Riscos de corrupção e outras consequências prejudiciais decorrentes de um eventual afluxo de receitas de petróleo

Fonte: Universidade de Columbia, 2008 e Banco Africano de Desenvolvimento, junho de 2012.

A formação profissional e técnica insuficiente dos recursos humanos é transversal aos vários setores da atividade económica, o que dificulta a integração dos jovens no mercado de trabalho profissional e coloca um desafio para a estabilidade e prosperidade económica. A formação profissional orientada para os setores de atividade constitui uma oportunidade de investimento e de cooperação, como se exemplifica no quadro.

São Tomé e Príncipe - Timor

Artigo publicado em 14 de setembro de 2013

Técnicos caboverdianos dão formação profissional a pescadores santomenses

Praia de São Tomé

Flickr

O Instituto de Formação Profissional de Cabo Verde, enviou uma equipa de técnicos caboverdianos a S. Tomé e Príncipe, no quadro de um programa de formação de pescadores santomenses.

“São quatro módulos de formação, que abarcam temas diversos como a segurança alimentar, manipulação, conservação e técnicas de manipulação sobre a conservação e refrigeração do pescado; vamos também ensinar igualmente as técnicas de transformação, salga e fumagem do pescado”, disse um dos formadores caboverdianos. A formação conta com o apoio financeiro da União Europeia³².

32 Ver <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130914-tecnicos-caboverdianos-dao-formacao-profissional-pescadores-santomenses>.





O setor pesqueiro tem falta de infraestruturas de conserva/ armazenamento e não existe uma entidade de controlo de qualidade que emita certificados internacionais para a exportação.

O setor do turismo é o mais desenvolvido. Para mais detalhes sobre esta área económica e as oportunidades de negócio deverá consultar-se o ponto **3.3 Promoção do Investimento**.

A prospeção de petróleo pode trazer benefícios para o financiamento da economia mas, até à data, os fluxos monetários provenientes desta atividade têm-se limitado a bónus petrolíferos e apoios nas áreas da saúde e educação que as empresas concessionárias prestam ao Estado, como contrapartidas da prospeção petrolífera.

Enquanto se aguardam os resultados futuros da exploração de hidrocarbonetos, é possível e necessário identificar outras oportunidades de negócio no arquipélago de modo a diminuir a dependência de bens de consumo importados e dotar o país de infraestruturas essenciais para o desenvolvimento dos negócios.

China e São Tomé

20.11.2013, China & US Focus

(...) A China pretende construir um porto de águas profundas em São Tomé para tornar mais fácil a exportação de petróleo e facilitar o comércio marítimo.

A China promete também construir estradas nas duas ilhas, saneamento básico e melhorar o principal aeroporto do país, para as ilhas se poderem tornar um destino turístico internacional.

Cooperação de Taiwan com São Tomé e Príncipe ascende a 15 milhões de dólares em 2014

2014/04/08, macauihub

O programa de cooperação para 2014 entre Taiwan e São Tomé e Príncipe, assinado em São Tomé, tem o valor de 15 milhões de dólares e destina-se a apoios nos setores da saúde, agricultura, educação, comércio e turismo.

No âmbito da saúde será recuperado e equipado o hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça, na cidade de Santo António, e serão drenados dois grandes pântanos na capital da ilha do Príncipe, de acordo com a agência noticiosa Lusa.

O início da sétima campanha de pulverização domiciliar para o combate ao paludismo, previsto para esta semana e a compra de medicamentos para os hospitais, incluem-se ainda no rol de despesas com o setor da saúde.

Banco Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África financia projeto de abastecimento de água em São Tomé e Príncipe

O Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA) vai financiar em cerca de sete milhões de dólares um projeto de abastecimento de água potável em São Tomé e Príncipe, informou o representante local da instituição.

Alkabilair Omali, representante de BADEA em São Tomé, disse estarem a decorrer os estudos de impacto ambiental e de viabilidade económica do projeto para captar água no rio Abade, no distrito de Cantagalo, a 12 quilómetros da capital de São Tomé e Príncipe.

Este projeto de abastecimento de água potável enquadra-se no programa nacional de luta contra a pobreza no arquipélago que conta com financiamento de vários parceiros de desenvolvimento.





Japão financia construção de porto de pesca em São Tomé e Príncipe

O Japão vai financiar a construção de um porto de pesca em São Tomé e Príncipe e equipá-lo com vários navios de pesca, equipamento de descarga e de transformação de pescado, anunciou em São Tomé o porta-voz do governo.

Em comunicado, o porta-voz e ministro da Educação, Cultura e Formação, Jorge Bom Jesus, considerou o investimento japonês “um grande projeto no setor das pescas” que “vai iniciar-se nos primeiros meses de 2015, e informou ainda que este projeto de apoio ao desenvolvimento tem um custo estimado de 10 milhões de dólares.





CONCLUSÕES

S. Tomé e Príncipe é o segundo país de menor dimensão de África, a seguir às Seychelles.

A economia santomense tem uma pequena dimensão, é pouco diversificada e tem capacidade reduzida para produzir riqueza e criar emprego. O tecido económico é frágil, muito dependente da exportação de cacau, deixando a economia exposta a choques externos. É um país pobre que o Banco Africano de Desenvolvimento considera “Estado Frágil”, desde 2010, por vários fatores: insularidade, dependência da ajuda externa, base empresarial embrionária e um ambiente de negócios com poucas infraestruturas de portos, transportes e outras. No Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano de 2013, São Tomé e Príncipe ocupa o 144.º lugar (entre 187 países), com um rendimento *per capita* de 1.508 dólares, em 2012.

A estrutura produtiva da economia santomense tem deficiências estruturais porque não garante a segurança alimentar da população e as receitas de exportação de cacau não cobrem o valor das importações do arquipélago. Nas últimas quatro décadas as receitas de exportação baixaram pelo efeito conjugado da quebra da produção de cacau e da baixa do preço internacional desta matéria-prima. A atividade industrial é pouco significativa, com um número limitado de pequenas e médias empresas, dedicadas ao ramo alimentar, à transformação de madeira, construção de móveis, construção naval, metalomecânica, confecções e outras. O desempenho da atividade económica é dominado pelo setor terciário e a agricultura e pescas, que ocupam a maioria da população, e contribuem com menos de um quinto para o produto interno bruto.

Desde a independência, em 1975, o desequilíbrio estrutural face ao exterior tem sido financiado com donativos e empréstimos bilaterais e multilaterais. A dívida pública atingiu um ponto crítico de 359,5 milhões de dólares, cerca de 288,5% do PIB, em 2006 e, no ano seguinte, o país beneficiou de um alívio no endividamento externo de 250 milhões de dólares, ao abrigo da Iniciativa de Ajuda aos Países Pobres Altamente Endividados e da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral. Nos anos seguintes o país contratou novos empréstimos para financiar programas de redução da pobreza e a dívida pública voltou a subir, atingindo 78% do PIB em 2010.

O financiamento da economia santomense tem sido apoiado por ajuda internacional, empréstimos externos e alguns bónus petrolíferos, complementados pelo afluxo de investimento direto estrangeiro atraído pela perspectiva da produção de petróleo. Nos últimos 10 anos, o país conheceu um ritmo de crescimento médio anual do produto na ordem dos 5,2%, ligeiramente superior aos 4,8% da média dos países da África Subsaariana, o que conduziu à melhoria do rendimento *per capita*, pela primeira vez desde a independência. Os setores de maior dinamismo foram o setor da construção e vários segmentos de serviços, com destaque para o comércio, hotéis, restaurantes, transportes e comunicações.

A par da necessidade de reequilíbrio financeiro do país e de controlo da dívida externa, ao longo das últimas décadas, os diferentes governos têm elaborado programas de redução da pobreza. Para concretizar a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, para o período de 2012 a 2016, foi elaborado o Plano de Ações Prioritárias com um conjunto de medidas orientadas para dar resposta aos compromissos assumidos no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras, assinado entre o Governo e o FMI.

A produção de petróleo em 2015 é um dos dois cenários do quadro macroeconómico subjacente. Em qualquer cenário o desenvolvimento de outros setores da economia é imperativo. As empresas petrolíferas desembolsaram montantes significativos em “bónus de assinatura” para iniciar a prospecção de petróleo. Em 2013, a Total abandonou a prospecção na Zona de Desenvolvimento Conjunto, entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria, após a saída das outras grandes petrolíferas – Exxon, Chevron e Sinopec – entre 2007 e 2012. Deste modo, as perspectivas de riqueza petrolífera foram adiadas e passam a depender do interesse de empresas de médio porte com capacidade reduzida de perfuração em alto mar.

Face à diminuição das perspectivas de exploração de petróleo no curto prazo, o panorama económico vai depender da resiliência da economia e de outras alternativas de desenvolvimento.





Na facilidade em fazer negócios, São Tomé e Príncipe ocupa a 169.^a posição, em 189 países, no *ranking Doing Business* do Banco Mundial e desceu nove posições face a 2013. A descida combina fatores de menor desempenho e não evidencia alguns progressos que se verificaram. No último ano foram melhoradas as tecnologias de informação e comunicação nas quais o governo investiu 6,4 milhões de dólares. Em sentido inverso, não houve continuidade nos esforços para tornar mais acessíveis os custos dos procedimentos associados às importações. Em termos gerais, entre 2006 e 2014, verificou-se uma evolução bastante positiva na abertura de empresas, na obtenção de alvarás de construção e no acesso a eletricidade. A progressão foi menos notória no registo de propriedade, no pagamento de impostos e no comércio internacional. Foi reduzida ou nula na obtenção de crédito, na proteção de investidores, na execução de contratos e na resolução de insolvência.

O quadro legal mais favorável ao investimento é condição essencial para promover o setor privado e melhorar o ambiente de negócios. Numa conjuntura de escassez de recursos, o investimento privado é uma alavanca essencial para promover a atividade económica. As entidades públicas adotaram um conjunto de diplomas legais e condições institucionais para atrair o investimento privado.

O novo Código de Investimentos, consubstanciado na Lei n.º 7/2008, veio harmonizar as condições para investidores nacionais e estrangeiros e reduzir o tempo necessário para aprovação de projetos. Os incentivos e benefícios são de natureza fiscal, de concessão de terreno para construção e de cedência de exploração de prédios rústicos/urbanos, propriedade do Estado. A abertura do Guiché Único, prevista nos Decretos-Lei n.ºs 6/2010 e 7/2010, agiliza os procedimentos de constituição de empresas. A legislação santomense prevê ainda zonas francas e *offshore* que beneficiam as empresas com reduções e isenções tributárias.

Para aumentar a competitividade e promover a integração regional, as autoridades investiram nas telecomunicações, com a ligação ao cabo submarino que liga o arquipélago à rede mundial de fibra óptica.

O setor privado santomense é pouco numeroso e está em fase embrionária. Os negócios instalados são de pequena escala, em atividades ligadas ao quotidiano das populações: produção de cerveja, sabão, óleo, reparação de viaturas, exploração e depósito de madeira e comércio.

As oportunidades de negócio em São Tomé e Príncipe existem nas áreas da agricultura e pescas, turismo e serviços.

A agricultura é essencial para melhorar a segurança alimentar do país, substituir importações, criar emprego, reduzir a pobreza e estabilizar as populações rurais. As ilhas têm microclimas, solos férteis e ricos em matéria orgânica, com água abundante e boa drenagem. Os terrenos agrícolas disponíveis e os baldios podem ser utilizados para culturas de exportação – cacau, café, especiarias, frutos tropicais, flores - ou para produtos destinados ao mercado interno. Há também oportunidades na avicultura e pecuária. O arquipélago possui recursos piscatórios abundantes, de grande valor comercial e as autoridades vendem licenças de pesca em alto mar para barcos de pesca industrial.

O turismo é uma grande potencialidade do arquipélago, que permanece um paraíso insular inexplorado. A paz social, baixa criminalidade e uma população acolhedora são facilitadores da atividade turística.

A natureza montanhosa das ilhas permitiu a criação de áreas protegidas que ocupam um terço da área do arquipélago.

As praias e enseadas são numerosas, banhadas por águas quentes (28°C), que oscilam entre azuis, verdes ou tons turquesa, visíveis nos bilhetes-postais. Entre as mais conhecidas e das mais belas do mundo, citam-se algumas: Cabana, Inhame, Piscina e Jalé, no sul da ilha de S. Tomé, e a norte da ilha do Príncipe, de Ponta Marmita até à Ponta dos Mosteiros. A linha imaginária do Equador atravessa o ilhéu das Rolas, no sul da ilha de S. Tomé, e atrai muitos visitantes pela oportunidade singular de se colocar, de uma só vez, entre os dois hemisférios do Globo.

A capacidade de alojamento conta com várias unidades hoteleiras de qualidade. Na cidade de S. Tomé há várias unidades hoteleiras de qualidade e algumas residenciais. O ilhéu das Rolas tem um *resort*





de luxo. A ilha do Príncipe tem algumas pensões e um *resort* no ilhéu Bom Bom. Nos distritos a oferta de alojamento mais apreciada são as roças recuperadas, como é o caso da Roça São João (distrito de Caué), Roça Bombaim, e Roça Chamiço (distrito de Mé-Zóchi) e Roça Monte Forte (distrito de Lembá).

As ilhas, por serem isoladas do mundo, permitiram gerar espécies que não se encontram em mais nenhum lugar do planeta. A flora do arquipélago tem 85 espécies endémicas e a fauna tem 58 tipos de animais únicos.

Há alguma oferta de passeios pedestres guiados aos mangais e à floresta, excursões ornitológicas, expedições de canoa com pescadores locais, identificação de peixes de grandes profundidades, concursos de pesca desportiva, safaris todo-o-terreno e passeios para observação das aves, das baleias e das tartarugas. No entanto, é possível desenvolver mais este nicho de mercado associado à observação de pássaros, de baleias (julho e setembro), de tartarugas (dezembro a março) e de outras espécies.

A herança arquitetónica histórica-cultural e a recuperação das casas senhoriais das roças para o turismo constituem oportunidades de negócio interessantes. A construção civil tem crescido, associada ao setor do turismo, e há expectativa de novos projetos de recuperação, manutenção e construção de infra-estruturas: estradas, portos, aeroportos, projetos de agroturismo, turismo e habitação.

O maior constrangimento para o turismo do arquipélago reside na pouca promoção deste destino turístico no mercado internacional, que dificulta o aumento do afluxo de turistas ao arquipélago. O acréscimo de procura traria um efeito benéfico de maior oferta dos serviços atuais e de possível redução dos custos de transporte locais, regionais e internacionais, aéreos e marítimos.

O relacionamento comercial bilateral tem sido historicamente favorável a Portugal. As principais exportações portuguesas abrangem uma grande diversidade de setores económicos e evidenciam bons níveis de crescimento num mercado onde existem quotas de mercado muito expressivas. Na generalidade dos bens mais importados por São Tomé e Príncipe e com taxas de crescimento médio anual bastante expressivas, Portugal possui quotas de mercado superiores a 20%.

A riqueza petrolífera poderia reduzir substancialmente a pobreza e transformar o arquipélago num país de rendimento médio durante a próxima década.





CONTACTOS

Em Portugal

Embaixada da República de São Tomé e Príncipe em Lisboa

Av. 5 de Outubro, n.º 35, 4º andar
1050-047 Lisboa
Tel.: (+351) 21 8461917 | Fax: (+351) 21 8461895
E-mail: embaixada@emb-saotomeprincipe.pt | <http://www.emb-saotomeprincipe.pt/>

aicep Portugal Global

Porto

Rua Júlio Dinis, n.º 748, 9º
4005-012 Porto
Tel.: (+351) 22 6055 300 | Fax: (+351) 22 6055 399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt/>

aicep Portugal Global

Lisboa

Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa
Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 21 7909578
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt/>

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Rua de S. Mamede, n.º 21
1100-533 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 213 928 560 | Fax: (+351) 213 928 588
E-mail: comunicacao@cplp.org | <http://www.cplp.org/>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA

Direcção Internacional

Av. da República, 58
1069-057 Lisboa
Tel.: (+351) 217 913 700 | Fax: (+351) 21 7 913 720
E-mail: cosec@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento

Instituição Financeira de Crédito, S.A. – SOFID

Av. Casal Ribeiro, 14 – 4º
1000-092 Lisboa
Tel.: (+351) 21 313 77 60 | Fax: (+351) 21 313 77 79
E-mail: sofid@sofid.pt | <http://www.sofid.pt/>





Em São Tomé e Príncipe

Embaixada de Portugal em São Tomé

Av. Marginal 12 de Julho
C.P. 173 – São Tomé e Príncipe
Tel.: (+239) 221130 / 224997 | Fax: (+239) 221190
E-mail: eportstp@cstome.net

Direcção Geral de Turismo de São Tomé e Príncipe

Avenida Marginal 12 de Julho
Caixa Postal 40
Tel.: (+239) 2221 542 | Fax: (+239) 2222 020
E-mail: dturismostp@hotmail.com | <http://www.stptourism.st/>

STUDIUM – Associação Santomense Promotora de Investimento e Desenvolvimento

Rua Padre M. Pinto da Rocha, 935
C. P. 600 - São Tomé e Príncipe
Tel.: (+239) 223 204 | Fax.: (+239) 223 347
E-mail: studium@cstome.net | <http://www.studium.st/>

Autoridade das Zonas Francas

Bairro Dolores
C.P.1012
São Tomé e Príncipe
Tel.: (+239) 221178 | Fax: (+239) 227643
E-mail: azf@cstome.net | <http://www.azf.gov.st>

CCIAS – Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços

Av. 12 de Julho – São Tomé
C.P. 527 – São Tomé e Príncipe
Tel.: (+239) 2222723 | Fax: (+239) 2221409
E-mail: ccias@cciasstp.org | <http://ccias.info/>





BIBLIOGRAFIA

Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria, *Estudo do Mercado de S. Tomé e Príncipe*, AIP/CCI, novembro de 2004.

Banco Africano de Desenvolvimento, *Relatório sobre as consultas de 2013 do FMI ao abrigo do artigo IV e segunda avaliação do Acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado*, dezembro 2013.

Banco Africano de Desenvolvimento, *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe, Country Strategy Paper 2012-2016*, junho 2012.

Banco de Portugal, *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*, 2013 e outros.

Banco Mundial, *Doing Business 2014, Economy Profile: São Tomé and Príncipe*, 2013.

Caixa Geral de Depósitos, *São Tomé e Príncipe Olhar o Futuro*, 2006.

Fundo Monetário Internacional, *Relatório do FMI n.º 14/2, Consulta de 2013 ao Abrigo do Artigo IV e Segunda Avaliação do Acordo ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado*, janeiro 2014.

Fundo Monetário Internacional, *Country Report n.º 14/9, Democratic Republic of São Tomé and Príncipe, Poverty Reduction Strategy Paper*, janeiro 2014.

Fundo Monetário Internacional, *Country Report, n.º 06/329, setembro 2006*.

INE São Tomé e Príncipe, *Recenseamento Geral da População e Habitação de 2012 (Censo 2012)*, de 2014.

Organização das Nações Unidas, *Millennium Development Goals database, World Development Indicators database*, 2013.

Organização das Nações Unidas, *Human Development Report 2013*.

Organização das Nações Unidas, *Relatório Nacional de Preparação da Terceira Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, 2014.

República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, *São Tomé e Príncipe: Oportunidades de Negócio, Resumo do Plano de Desenvolvimento do Turismo*, 2013.

República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças, *Estratégia Nacional para a Gestão da Dívida Pública 2012-2020*, janeiro de 2014.

Transparency International, *Corruption Perceptions Index 2013*, dezembro 2013.

Universidade de Columbia, *Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe*, agosto 2008.

Costa, C., Brandão, F., Costa, R. & Breda, Z. (2014), *Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios*, Escolar Editora.

Vera Cruz, J., *O Turismo Como Motor de Desenvolvimento Económico de São Tomé e Príncipe*, in *Turismo nos Países Lusófonos: Conhecimento, Estratégia e Territórios*, Voll, Escolar Editora, 2014.





Sites

<http://www.pocketroics.wordpress.com>

http://atlas.saotomePrincipe.eu/5_atlasstp_regional.htm

<http://expresso.sapo.pt/sao-tome-e-Principe-vive-nova-crise-no-fornecimento-de-energia-eletrica=f802262#ixzz2ys4T61K3>

<http://www.adp.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=3281&t>

<http://www.adb.org>

<http://www.bportugal.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.intracen.org>

<http://www.macauhub.com>

<http://www.bcstp.st/Historial.pdf>

<http://www.anp-stp.gov.st>

<http://www.sids2014.org/content/documents/238Sao%20Tome%20and%20Principe-RELATORIO%20SIDS%20VERS%C3O%20FINAL.pdf>

<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw>

<http://www.azf.gov.st/pleislacao.html>

<http://www.eiu.com>

<http://www.portugalglobal.pt>

<http://www.rotas.xl.pt/0608/700.shtml>

<http://www.stptourism.st/>

<http://www.ionline.pt>





AUTORIA

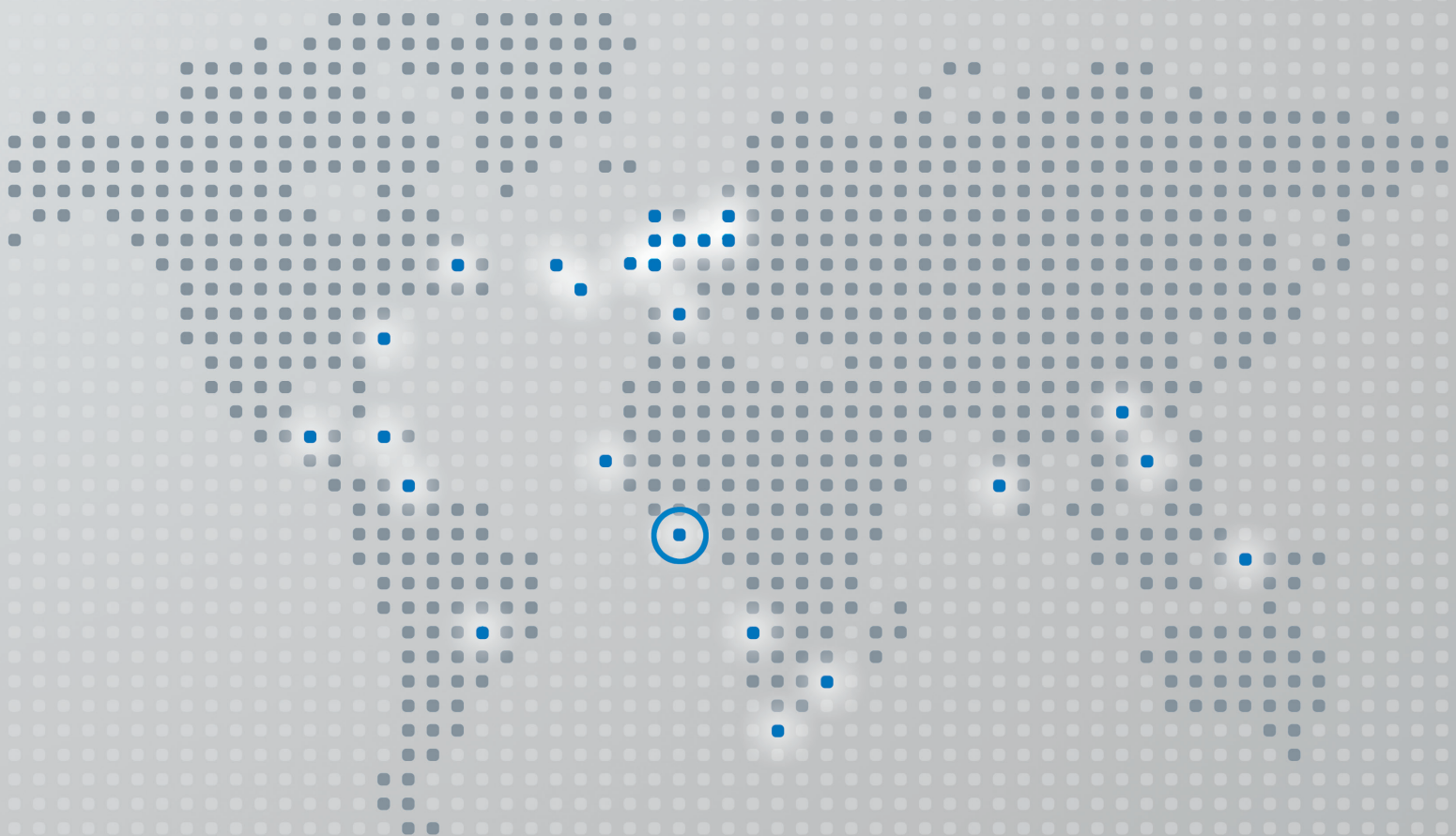
O presente trabalho foi elaborado por uma equipa da Direção Internacional de Negócio e da Direção de Gestão Corporativa da Caixa Geral de Depósitos.

AGRADECIMENTOS

Agradecem-se as informações fornecidas pela Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal e pelo Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, assim como por outras entidades.

Os conteúdos apresentados têm carácter meramente informativo, não constituindo, independentemente da forma que revistam, conselhos ou recomendações de contratação ou de investimento. A informação disponibilizada destina-se exclusivamente a divulgação no âmbito da Conferência Internacionalização das Economias, promovida pela AICEP, não podendo ser utilizada por terceiros para outros fins, nomeadamente para fins comerciais. Porém, a CGD poderá produzi-la ou adaptá-la para outras iniciativas e outras finalidades. A informação apresentada é baseada em fontes consideradas fiáveis, desenvolvendo a CGD os melhores esforços no sentido de assegurar o seu rigor, embora não garantindo a sua atualização e exatidão. A eventual referencia a nomes de entidades privadas ou institucionais, que podem ser marcas registadas dessas entidades, não significa qualquer associação, direta ou indireta, entre a CGD e as referidas entidades ou marcas. A CGD não se responsabiliza por quaisquer prejuízos ou danos materiais ou pessoais que possam advir direta ou indiretamente da utilização da informação disponibilizada, sendo o utilizador o único e exclusivo responsável por todas as decisões tomadas com base nessa informação.





PRESENTE EM 23 PAÍSES.

O Grupo Caixa Geral de Depósitos está fortemente empenhado no apoio à internacionalização das empresas, nas vertentes de comércio externo e investimento.

Através das unidades Caixa Empresas obtenha aconselhamento especializado em negócio internacional, em articulação com os bancos do Grupo, nomeadamente nos países lusófonos.

HÁ UM BANCO QUE ESTÁ A AJUDAR A DAR A VOLTA.
A CAIXA. COM CERTEZA.

